

Demonstrações Financeiras

Exercício 2023

ÍNDICE

Demonstrações Financeiras.....	03
Balço Patrimonial	03
Demonstração do Resultado.....	05
Demonstração do Resultado Abrangente.....	06
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	07
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	08
Demonstração do Valor Adicionado.....	09
Notas Explicativas.....	10
Nota 1 - Contexto operacional	10
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais	10
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis	10
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	15
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez	15
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários (TVM)	16
Nota 7 - Operações de crédito	18
Nota 8 - Outros instrumentos financeiros e outros ativos	21
Nota 9 - Imobilizado de uso e intangível	21
Nota 10 - Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	22
Nota 11 - Obrigações por empréstimos	23
Nota 12 - Obrigações por repasses	23
Nota 13 - Outros passivos	24
Nota 14 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais	26
Nota 15 - Patrimônio líquido	29
Nota 16 - Tributos	31
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado	33
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)	36
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	36
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	36
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)	38
Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros	38
Nota 23 - Partes relacionadas	39
Nota 24 - Remuneração paga aos empregados e administradores.....	40
Nota 25 - Benefícios a empregados	40
Nota 26 - Gerenciamento de riscos e capital	46
Nota 27 – Outras Informações.....	51
Relatório Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	54
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	62
Parecer do Conselho Fiscal.....	66
Parecer do Conselho de Administração.....	67
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras.....	68
Declaração da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente.....	69
Membros da Administração.....	70



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL
Demonstração Financeira Individual
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

A T I V O		31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	Nota 4	61.049	64.740
Instrumentos Financeiros		44.413.381	33.584.145
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5	1.509.359	1.112.159
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 6	16.099.767	11.608.795
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 8	805.425	927.618
Operações de Crédito	Nota 7	25.792.751	19.699.806
Carteira de Câmbio	Nota 8	31.150	42.771
Outros Instrumentos Financeiros	Nota 8	174.929	192.996
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 7	(749.908)	(603.555)
Provisão para Operações de Crédito		(748.734)	(588.039)
Provisão para Câmbio		(1.174)	(15.516)
Outros Ativos	Nota 8	59.565	54.855
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	Nota 16	1.222.403	1.282.672
Crédito Tributário		1.210.630	1.187.580
Impostos e Contribuições a Compensar		11.773	95.092
Imobilizado de Uso	Nota 9	381.417	371.210
Intangível	Nota 9	388.482	371.503
Depreciações e Amortizações	Nota 9	(556.042)	(512.212)
Depreciação Acumulada de Imobilizado de Uso		(269.271)	(251.396)
Amortização Acumulada de Intangível		(286.771)	(260.816)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Nota 5	(8.023)	(17.459)
Provisão para Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(8.023)	(17.459)
TOTAL DO ATIVO		45.212.324	34.595.899

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Avenida Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL
Demonstração Financeira Individual
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

P A S S I V O		31.12.2023	31.12.2022
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		35.490.828	25.656.343
Depósitos	Nota 10	11.322.771	8.338.455
Captações no Mercado Aberto	Nota 10	-	70.041
Letra de Crédito do Agronegócio	Nota 10	778.601	319.315
Relações Interfinanceiras e Interdependências	Nota 13	9.210	10.514
Obrigações por Empréstimo	Nota 11	30.892	44.758
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	Nota 12	438.216	600.079
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados Sociais e Estatutárias	Nota 13	3.392	3.220
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	Nota 13	452.062	377.990
Outros Passivos Financeiros	Nota 13	22.300.619	15.738.193
Provisões	Nota 14	3.689.629	3.580.280
Provisão para Pagamento a Efetuar		392.599	121.739
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas		1.610.416	1.566.721
Provisão para Passivos Atuariais		1.146.731	1.162.250
Provisão para Demandas Judiciais		131.847	217.522
Provisão para Planos Saldados		407.687	511.699
Provisões Diversas		349	349
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	Nota 16	148.542	517.896
Fiscais e Previdenciárias		132.764	501.208
Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos		15.778	16.688
Patrimônio Líquido	Nota 15	5.883.325	4.841.380
Capital Social		3.654.918	3.654.918
Reservas de Capital		2.253	2.253
Reservas de Lucro		2.687.292	1.699.479
Outros Resultados Abrangentes		(461.138)	(515.270)
TOTAL DO PASSIVO		45.212.324	34.595.899

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração Financeira Individual

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

		2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
		2023	2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira		2.146.716	4.124.175	3.201.712
Operações de Crédito	Nota 7	1.088.921	2.099.202	1.522.656
Resultado de Operações com TVM	Nota 6	1.054.780	2.024.230	1.678.938
Resultado de Operações de Câmbio		3.015	743	118
Despesas da Intermediação Financeira		(1.620.814)	(3.056.015)	(2.140.503)
Operações de Captação no Mercado	Nota 10	(527.361)	(1.004.700)	(728.599)
Operações de Empréstimos e Repasses	Nota 12	(819.539)	(1.540.448)	(1.024.356)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(273.914)	(510.867)	(387.548)
Provisão para Operações de Crédito	Nota 7	(273.425)	(513.268)	(371.688)
Provisão para Repasses Interfinanceiros	Nota 8	(1)	3.523	(3.462)
Provisão para Câmbio	Nota 7	(488)	(1.122)	(12.398)
Resultado de Intermediação Financeira		525.902	1.068.160	1.061.209
Outras Receitas Operacionais		1.450.812	2.853.777	2.950.511
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 17	267.251	534.491	803.427
Rendas de Tarifas Bancárias	Nota 17	124.299	248.535	206.610
<i>Del Credere</i> FNO	Nota 20	811.720	1.570.602	1.326.661
Recuperação de Rendas FNO	Nota 20	48.973	195.726	338.002
Recuperação de Encargos e Despesas		4.503	9.731	64.660
Demais Receitas Operacionais	Nota 17	194.066	294.692	211.151
Outras Despesas Operacionais		(766.861)	(1.649.120)	(1.292.488)
De Pessoal	Nota 17	(381.562)	(712.282)	(663.047)
Administrativas	Nota 17	(187.870)	(362.855)	(313.554)
Tributárias	Nota 17	(79.668)	(170.696)	(178.719)
Demais Despesas Operacionais	Nota 17	(117.761)	(403.287)	(137.168)
Despesas de Provisões		(236.164)	(631.744)	(768.605)
Garantia Financeira Prestada	Nota 17	(68.695)	(256.106)	(309.744)
Passivo Atuarial	Nota 17	(87.165)	(170.371)	(208.105)
Demandas Judiciais	Nota 17	(69.640)	(168.682)	(195.403)
Planos Saldados	Nota 17	(10.664)	(36.585)	(55.353)
Resultado Operacional		973.689	1.641.073	1.950.627
Resultado Não Operacional	Nota 17	90	7.326	27.610
Resultado Antes dos Tributos e Participações		973.779	1.648.399	1.978.237
Tributos sobre o Lucro	Nota 16	(104.291)	(212.986)	(780.323)
Provisão para Imposto de Renda		(7.367)	(152.904)	(354.765)
Provisão para Contribuição Social		(7.668)	(127.241)	(299.380)
Ativo Fiscal Diferido		(89.256)	67.159	(126.178)
Participações sobre Lucro		(90.262)	(90.262)	(75.600)
Lucro Líquido	Nota 15	779.226	1.345.151	1.122.314
Juros sobre Capital Próprio	Nota 15	(357.994)	(357.994)	(235.652)
Dividendos	Nota 15	-	-	(63.130)
Lucro por Ação Básico Diluído - Em Reais	Nota 15	13,90027	23,99556	29,95943

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Demonstração Financeira Individual

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	2º SEMESTRE 2023	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Lucro Líquido do Período	779.226	1.345.151	1.122.314
Outros Resultados Abrangentes do Período	(192)	55.444	42.109
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(9.903)	34.341	(26.123)
Ajustes de Avaliação Patrimonial Títulos Disponíveis para Venda	(18.113)	62.725	(46.506)
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	8.210	(28.384)	20.383
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	9.711	21.103	68.232
Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	17.060	37.176	122.457
Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	(7.677)	(16.729)	(55.105)
Realização da Reserva de Reavaliação	596	1.192	1.600
Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(268)	(536)	(720)
Resultado Abrangente do Período	779.034	1.400.595	1.164.423

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração Financeira Individual

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Elaborada pelo método indireto		2º SEMESTRE 2023	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES				
Resultado Antes dos Tributos e Participações	Nota 16	973.779	1.648.399	1.978.237
Ajustes ao Resultado Líquido antes dos Tributos e Participações		408.342	955.788	455.444
Depreciações e amortizações	Nota 17	21.493	43.904	52.219
Provisão para operações de crédito e outros créditos	Nota 7	273.931	514.435	385.061
Provisão para Repasses do FNO		1	1	3.594
Despesas de provisões para outros ativos		65.243	68.558	9.781
(Ganhos)/Perdas de Capital		(50)	(7.084)	(9.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 16	89.256	(67.159)	126.178
Resultado com variação cambial		(1.122)	1.855	2.877
Despesas de provisões para passivos contingentes		80.304	205.267	250.756
Despesas de outras provisões		87.614	415.462	214.368
Despesas de provisões para riscos do FNO		68.246	254.208	303.481
Reversão de provisões para outros créditos	Nota 7	(18)	(45)	(975)
Reversão de outras provisões operacionais		(64.417)	(82.570)	(7.040)
Reversão de provisão para Repasses do FNO		-	(3.525)	(132)
Reversão de outras provisões operacionais- Aplic. Dep. Interfinanc.		-	(9.436)	-
Reversão de provisões para operações do FNO		-	-	(23.838)
Reversão de provisões contingenciais	Nota 17	(107.848)	(165.097)	(70.007)
Tributos sobre o Lucro	Nota 16	(104.291)	(212.986)	(780.323)
Recuperação de outras despesas		-	-	(1.359)
Resultado Líquido Ajustado		1.382.121	2.604.187	2.433.681
Variações Patrimoniais		(1.149.894)	2.695.515	(825.574)
Redução em títulos e valores mobiliários para negociação		137.883	148.030	157.091
(Aumento) em outros valores e bens		(197)	(1.297)	171
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		275.779	(37.222)	4.856
Redução em relações interfinanceiras e Interdependências		28.617	124.412	(426.070)
(Aumento) em operações de crédito		(5.079.978)	(6.445.518)	(8.621.717)
(Aumento)/Redução em outros créditos		(57.242)	80.877	30.042
Aumento em depósitos		938.578	2.984.316	1.917.934
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(138.859)	(175.729)	(92.547)
Aumento em captações no mercado aberto		60.473	389.245	(61.854)
Aumento em outras obrigações		2.792.302	5.870.511	6.508.229
Imposto de renda e contribuição social pagos		(107.250)	(242.110)	(241.709)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		232.227	5.299.702	1.608.107
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(6.007.695)	(12.611.382)	(4.186.028)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		5.394.526	8.006.809	3.002.458
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(45)	(90)	(985)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		-	-	25.267
Adição em imobilizado de uso	Nota 9	(8.576)	(12.217)	(15.036)
Alienação do imobilizado de uso	Nota 9	1.479	1.934	547
Aquisição do Intangível	Nota 9	(15.566)	(16.978)	(27.336)
Outros movimentos		-	-	224
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(635.877)	(4.631.924)	(1.200.889)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Instrumentos de dívida elegíveis a capital – pagos		-	-	(1.046.311)
Juros sobre capital próprio – pagos		-	(311.492)	(203.134)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADOS NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(311.492)	(1.249.445)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(403.650)	356.286	(842.227)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do período		1.649.668	889.732	1.731.958
No fim do período	Nota 4	1.246.018	1.246.018	889.731
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(403.650)	356.286	(842.227)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Demonstração Financeira Individual
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	REALIZADO		OUTRAS		LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2021	1.623.252		2.253	18.480	193.622	1.681.445	-	(574.099)	-	2.944.953
AJUSTE AO VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	(26.123)	-	(26.123)
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	-	(26.123)	-	(26.123)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	-	67.352	-	67.352
AUMENTO DE CAPITAL	2.031.666	-	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	1.031.666
Incorporação de Reservas	1.000.000	-	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-
Homologação do Aumento de Capital	1.031.666	-	-	-	-	-	-	-	-	1.031.666
OUTROS EVENTOS	-	-	-	(880)	-	-	-	-	880	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(1.600)	-	-	-	-	1.600	-
Realização da Reserva	-	-	-	(1.923)	-	-	-	-	1.923	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	323	-	-	-	-	(323)	-
Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	720	-	-	-	-	(720)	-
Realização da Reserva	-	-	-	571	-	-	-	-	(571)	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	149	-	-	-	-	(149)	-
LUCRO LÍQUIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	1.122.314	1.122.314
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	56.116	768.296	-	-	(1.123.194)	(298.782)
Reservas	-	-	-	-	56.116	768.296	-	-	(824.412)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.130)	(63.130)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(235.652)	(235.652)
SALDOS EM 31.12.2022	3.654.918		2.253	17.600	249.738	1.449.741	-	(532.870)	-	4.841.380
SALDOS EM 31.12.2022										
SALDOS EM 31.12.2022	3.654.918		2.253	17.600	249.738	1.449.741	-	(532.870)	-	4.841.380
AJUSTE AO VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	34.341	-	34.341
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	-	34.341	-	34.341
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	-	20.447	-	20.447
OUTROS EVENTOS	-	-	-	(656)	-	-	-	-	656	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(1.192)	-	-	-	-	1.192	-
Realização da Reserva	-	-	-	(869)	-	-	-	-	869	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	(323)	-	-	-	-	323	-
Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	536	-	-	-	-	(536)	-
Realização da Reserva	-	-	-	685	-	-	-	-	(685)	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	(149)	-	-	-	-	149	-
LUCRO LÍQUIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	1.345.151	1.345.151
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	67.258	920.555	-	-	(1.345.807)	(357.994)
Reservas	-	-	-	-	67.258	920.555	-	-	(987.813)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(357.994)	(357.994)
SALDOS EM 31.12.2023	3.654.918		2.253	16.944	316.996	2.370.296	-	(478.082)	-	5.883.325
SALDOS EM 30.06.2023	3.654.918		2.253	17.272	278.034	1.853.209	134.489	(477.562)	-	5.462.613
AJUSTE AO VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	-	(9.903)	-	(9.903)
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	-	(9.903)	-	(9.903)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	-	9.383	-	9.383
OUTROS EVENTOS	-	-	-	(328)	-	-	-	-	328	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(596)	-	-	-	-	596	-
Realização da Reserva	-	-	-	(596)	-	-	-	-	596	-
Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	268	-	-	-	-	(268)	-
Realização da Reserva	-	-	-	268	-	-	-	-	(268)	-
LUCRO LÍQUIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	779.226	779.226
DESTINAÇÕES	-	-	-	-	38.962	517.087	(134.489)	-	(779.554)	(357.994)
Reservas	-	-	-	-	38.962	517.087	(134.489)	-	(556.049)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	134.489	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(357.994)	(357.994)
SALDOS EM 31.12.2023	3.654.918		2.253	16.944	316.996	2.370.296	-	(478.082)	-	5.883.325

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ:04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Demonstração Financeira Individual

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

		2º SEMESTRE 2023	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
1. RECEITAS		3.323.782	6.474.496	5.793.411
1.1. Intermediação Financeira		2.146.716	4.124.175	3.201.712
1.2. Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	Nota 17	391.550	783.026	1.010.037
1.3. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(273.914)	(510.867)	(387.548)
1.4. Outras		1.059.430	2.078.162	1.969.210
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.346.899)	(2.545.148)	(1.752.955)
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(511.082)	(1.335.259)	(1.150.592)
3.1. Materiais, energia e outros		(22.391)	(43.024)	(37.801)
3.2. Serviços de terceiros		(134.687)	(257.120)	(205.893)
3.3. Outras		(354.004)	(1.035.115)	(906.898)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		1.465.801	2.594.089	2.889.864
5. DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	Nota 17	(21.493)	(43.904)	(52.219)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)		1.444.308	2.550.185	2.837.645
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)		1.444.308	2.550.185	2.837.645
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.444.308	2.550.185	2.837.645
8.1 Pessoal		408.035	682.816	627.226
8.1.1 Remuneração direta		317.297	518.713	479.384
8.1.2 Benefícios		60.272	113.263	103.249
8.1.3 FGTS		30.466	50.840	44.593
8.2 Impostos, taxas e contribuições		247.749	503.411	1.070.464
8.2.1 Federais		239.546	486.567	1.056.542
8.2.2 Estaduais		24	71	18
8.2.3 Municipais		8.179	16.773	13.904
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		9.298	18.807	17.641
8.3.1 Aluguéis	Nota 17	9.298	18.807	17.641
8.4 Remuneração de capitais próprios	Nota 15	779.226	1.345.151	1.122.314
8.4.1 Juros sobre capital próprio	Nota 15	357.994	357.994	235.652
8.4.2 Dividendos	Nota 15	-	-	63.130
8.4.1 Resultado Líquido do semestre/exercício		421.232	987.157	823.532

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõem a Amazônia legal brasileira e na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às MPEI's.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (Nota Explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (Nota Explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Nota Explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas nº 13.b (item sobre obrigações do Banco com Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14 (item que apresenta as provisões para as garantias financeiras prestadas).

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais

As demonstrações estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 e advindas das Resoluções CMN nº 4.910/2021 e Resolução BCB nº 2/2020. Para a contabilização das operações, fazem também, observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas demonstrações financeiras do Banco as seguintes normas:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução CMN nº 4.910/2021 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Resolução CVM nº 117/2022 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1)
- Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 – Resultado por Ação (CPC 41);
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 R1);
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso (CPC 27);
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) e Receita de Contrato com Cliente (CPC 47);
- Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.



Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (Nota Explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

e) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (Nota Explicativa nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado (valor justo) dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o § do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são divulgados como circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

As rendas a apropriar de créditos com atraso igual ou superior a sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (Nota Explicativa nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e as instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de crédito (FNO): as provisões para as garantias financeiras prestadas para com o FNO foram feitas de acordo com modelos e práticas de gerenciamento do risco de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016 e a Lei nº 10.177/2001. O valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 1º de dezembro de 1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (Nota Explicativa nº 14).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.a e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (Notas Explicativas nºs 9.b e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (Nota Explicativa nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020.

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o Pronunciamento CPC nº 33(R1) como de curto prazo e de pós-emprego. O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo valor original, sem, portanto, desconto a valor presente, mediante cálculo iminentemente financeiro ou cálculo atuarial (financeiro e probabilístico, em conjunto), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego de natureza previdenciária correspondem aos benefícios decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “benefício definido” e “contribuição variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica, todos estes enquadrados como de “benefício definido” segundo o Pronunciamento CPC nº 33 (R1).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo) de benefício definido, decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço corresponde ao custo do serviço corrente, ao custo do serviço passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação.

O custo do serviço corrente corresponde ao aumento no valor presente obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente, enquanto o custo dos juros resulta da aplicação da taxa de desconto sobre o valor presente da obrigação atuarial, ajustado pelas contribuições e pagamentos de benefícios, todos determinados na data das demonstrações financeiras. O custo do serviço passado corresponde à variação no valor presente da obrigação decorrente do serviço prestado pelo empregado em períodos anteriores, resultante de alterações ou reduções no plano.

Os juros líquidos, apropriados durante o período, correspondem à mudança no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo. Os juros líquidos são mensurados multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, pela taxa de desconto, ambos determinados na data das demonstrações financeiras. O valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido deve considerar quaisquer alterações decorrentes de contribuições ou pagamentos de benefícios. Dessa forma, os juros líquidos compreendem o custo dos juros, a receita de juros, os juros sobre ativo irrecuperável ou os juros sobre a restrição da obrigação (*risk sharing*).

Os juros sobre o efeito do teto de ativo são decorrentes da aplicação da taxa de desconto determinada no início do período das demonstrações financeiras sobre o valor do superávit irrecuperável, também determinado na data das demonstrações financeiras.

Efeito do teto de ativo é o valor que limita o reconhecimento de um superávit em um plano de benefícios, dado que o superávit em um plano de benefício somente pode ser reconhecido quando benefícios econômicos futuros estejam disponíveis em forma de redução de contribuições ou restituição em dinheiro diretamente à patrocinadora ou por meio de redução de déficit de outro plano patrocinado pela Entidade. No momento, o termo utilizado para efeito do teto de ativo é superávit irrecuperável para os planos de benefícios previdenciários com situação de superávit atuarial.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável,

que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “Outros Resultados Abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevivência da tábua de mortalidade.

- **Auxílio-saúde**

Trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano.

- **Plano de benefício definido - BD Liquidado**

Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar Nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. O cálculo da obrigação do Banco nos planos de benefício definido é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

- **Plano misto de benefício - Misto Liquidado**

Está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação pós-emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de previdência complementar, em especial a Resolução ME/CGPC nº 26/2008.

As reavaliações da obrigação líquida dos planos incluem: os ganhos e as perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

- **Aposentados de responsabilidade do Banco - Assistidos**

O Plano de Benefícios Previdenciais de Assistidos do Banco está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar nº 109/2001, nesse plano os benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos. Estando fechado a adesões, não pode mais ocorrer o ingresso de empregado ou de ex-empregado, sendo o universo composto exclusivamente por assistidos do Banco.

O custeio dos planos é determinado atuarialmente, de forma a assegurar a concessão e a manutenção dos benefícios, de responsabilidade direta do Banco e dos próprios assistidos.

- **Prev Amazônia**

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV) que assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas, um montante em dinheiro que, no momento da entrada da aposentadoria, se transformará em benefício.

O detalhamento dos benefícios a empregados está apresentado na Nota Explicativa nº 25.

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (Nota Explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 ¹	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de jul/2021 a dez/2021 ²	25%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2022	20%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – de ago/2022 a dez/2022 ³	21%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/Pasep	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional nº 103/2019, art. 32 e inciso I do art. 36.

⁽²⁾Alteração de alíquota em função da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

⁽³⁾Período vigente de acordo com a Lei nº 14.446/2022 que trata da alíquota de 21% da CSLL

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na análise jurídica e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: abrange os processos judiciais de natureza cível ou trabalhistas, referente causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, apurados segundo parâmetros estatístico, levando em conta as perdas históricas dos últimos cinco anos.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação da área jurídica. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (Nota Explicativa nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (Nota Explicativa nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.b.1).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

q) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de riscos e capital: abrange análise de sensibilidade sobre avaliação de perda permanente de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento (Nota Explicativa nº 6 – Títulos e valores mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas Explicativas nº 7 – Operações de crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (Nota Explicativa nº 14 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 31 de dezembro de 2023 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais (Nota Explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na Nota Explicativa 27.c.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	61.049	64.740
Disponibilidade em Moeda Nacional	53.445	52.910
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	7.604	11.830
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez^(*)	1.184.969	824.991
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.184.969	824.991
Total	1.246.018	889.731

^(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.509.359	1.112.159
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (*)	1.184.969	824.991
Letras Financeiras do Tesouro	499.977	199.990
Letras do Tesouro Nacional	200.000	140.000
Notas do Tesouro Nacional	484.992	485.001
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	324.390	287.168
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	324.390	287.168
Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (**)	(8.023)	(17.459)
Total	1.501.336	1.094.700
Circulante	1.501.336	1.094.700
Não Circulante	-	-

^(*) A variação é decorrente do maior volume em operações compromissadas face ingressos de FNO.

^(**) A variação decorreu de recuperação de parte do CDI massa falida do Banco Santos.

A provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$ 8.023 (R\$ 17.459 em 31/12/2022),

corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e da liquidação.

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez cresceram em função do aumento do volume das Operações Compromissadas e dos Depósitos Financeiros vinculados ao Crédito Rural.

6. Títulos e valores mobiliários (TVM)

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.12.2023	31.12.2022
Carteira Própria – Livres	15.534.356	10.913.720
Títulos Públicos	13.386.348	8.389.137
Letras Financeiras do Tesouro	12.663.769	7.983.114
Letras do Tesouro Nacional	95.181	-
Notas do Tesouro Nacional	627.398	406.023
Títulos Privados	2.148.008	2.524.583
Debêntures	520.122	734.695
Cotas de Fundos de Investimento – FIDC	40.134	39.495
Cotas de Fundos de Investimento - Renda Fixa	51.825	46.452
Cotas de Fundos de Investimento - FI REF	900	794
Letras Financeiras	1.535.027	1.684.242
Título de Renda Variável – Ações	-	18.646
Cotas de Renda Variável – FINAM	-	259
Vinculados a Operações Compromissadas	-	70.080
Títulos Públicos	-	70.080
Letras Financeiras do Tesouro	-	70.080
Vinculados a Prestação de Garantias	565.411	624.995
Títulos Públicos	565.411	624.995
Letras Financeiras do Tesouro	54.348	48.018
Notas do Tesouro Nacional	511.063	576.977
Total	16.099.767	11.608.795
Circulante	2.842.528	3.450.080
Não Circulante	13.257.239	8.158.715

A composição da carteira de TVM é resultante das políticas financeiras e adotadas pelo Banco (Declaração de apetite a riscos, Gestão de Capital dentre outras) e da supervisão e monitoramento do Comitê de Ativos e Passivos e do Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e Capital. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 86,7% do total da carteira (78,3% em 31/12/2022).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$ 54.348 (R\$ 48.018 em 31/12/2022) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Nuclea, e R\$ 511.063 (R\$ 576.977 em 31/12/2022) em garantias com operações BB Previdência.

A elevação da carteira de TVM, principalmente em LFTs, foi motivada pelo maior ingresso de recursos por meio do FNO e dos depósitos especiais/investimentos.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Por vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para Negociação ⁽¹⁾	-	-	-	-	56.681	-	-	56.681
Títulos Públicos	-	-	-	-	56.681	-	-	56.681
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	56.681	-	-	56.681
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	52.725	1.333.194	1.399.329	3.046.543	3.772.277	6.130.703	307.065	16.041.836
Títulos Públicos	-	1.070.676	349.023	2.412.749	3.623.612	6.130.703	307.065	13.893.828
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.070.676	253.842	2.412.749	3.579.551	5.344.618	-	12.661.436
Letras do Tesouro Nacional	-	-	95.181	-	-	-	-	95.181
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	44.061	786.085	307.065	1.137.211
Títulos Privados	52.725	262.518	1.050.306	633.794	148.665	-	-	2.148.008
Debêntures	-	1.472	224.106	203.306	91.238	-	-	520.122
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	-	-	1.014	25.417	13.703	-	-	40.134
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	51.825	-	-	-	-	-	-	51.825
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	900	-	-	-	-	-	-	900
Outros Títulos Privados - LF/DPGE	-	261.046	825.186	405.071	43.724	-	-	1.535.027
3-Títulos Mantidos até o Vencimento	-	599	-	15	-	636	-	1.250
Títulos Públicos	-	599	-	15	-	636	-	1.250
Notas do Tesouro Nacional	-	599	-	15	-	636	-	1.250
Total 31.12.2023	52.725	1.333.793	1.399.329	3.046.558	3.828.958	6.131.339	307.065	16.099.767
Total 31.12.2022	66.151	2.324.897	996.588	4.385.583	2.001.928	1.557.673	275.975	11.608.795

⁽¹⁾ Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

a.2) Ajustes de marcação

	31.12.2023				31.12.2022			
	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo	Custo	Mercado	Marcação	Nível de Mensuração a Valor Justo
Para Negociação	56.666	56.681	15		204.744	204.712	(32)	
Letras Financeiras do Tesouro	56.666	56.681	15	Nível 1	204.744	204.712	(32)	Nível 1
Disponíveis para Venda	16.187.057	16.006.610	(180.447)		11.609.232	11.366.061	(243.171)	
Letras Financeiras do Tesouro	12.659.251	12.661.436	2.184	Nível 1	7.896.028	7.896.500	472	Nível 1
Letras do Tesouro Nacional	94.899	95.181	282	Nível 2	-	-	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.269.788	1.101.909	(167.878)	Nível 1	1.188.365	944.901	(243.464)	Nível 1
Debêntures	533.399	520.122	(13.277)	Nível 1	736.744	734.695	(2.049)	Nível 1
Cotas Fundos Invest. - FIDC	40.210	40.210	-	Nível 2	39.572	39.572	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	51.825	51.825	-	Nível 2	46.452	46.452	-	Nível 2
Cotas Fundos Invest. - FI REF	900	900	-	Nível 2	794	794	-	Nível 2
Outros Títulos Privados - LF	1.535.225	1.535.027	(198)	Nível 2	1.690.716	1.684.242	(6.474)	Nível 2
Título de Renda Variável - Ações	-	-	-	Nível 1	9.104	18.646	9.542	Nível 1
Cotas de Renda Variável - FINAM	1.560	-	(1.560)	Nível 1	1.457	259	(1.198)	Nível 1
Mantidos até o Vencimento	1.250	1.250	-		1.160	1.160	-	
Notas do Tesouro Nacional	1.250	1.250	-	Nível 1	1.160	1.160	-	Nível 1

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e as perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	31.12.2023	31.12.2022
Desvalorização	(1.039.681)	(940.034)
Valorização	859.234	696.863
Total	(180.447)	(243.171)

a.4) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	88.684	178.936	274.006
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽²⁾	-	9.436	-
Títulos de Renda Fixa	962.590	1.830.693	1.399.156
Aplicação Fundos de Investimentos	3.552	5.087	5.698
TVM - Ajuste ao Valor de Mercado	(77)	47	59
TVM - Outras Rendas	31	31	19
Total	1.054.780	2.024.230	1.678.938

⁽¹⁾ A variação está relacionada ao aumento do saldo, principalmente, das LFTs ante o ingresso dos recursos do FNO.

⁽²⁾ Referente recuperação de parte do CDI massa falida do Banco Santos.

7. Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

Operações de Crédito	31.12.2023			31.12.2022		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Empréstimos	2.811.086	288.358	3.099.444	2.692.745	193.993	2.886.738
Direitos Cred. Descontados	4.644	4.102	8.746	3.857	2.022	5.879
Financiamentos	7.423.529	159.602	7.583.131	5.146.765	75.853	5.222.618
Financiamentos Rurais	14.833.357	268.073	15.101.430	11.496.586	87.985	11.584.571
Subtotal	25.072.616	720.135	25.792.751	19.339.953	359.853	19.699.806
Adiant. s/ Contrato Câmbio	31.619	665	32.284	42.050	15.464	57.514
Total da Carteira	25.104.235	720.800	25.825.035	19.382.003	375.317	19.757.320
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(403.030)	(345.704)	(748.734)	(442.038)	(146.001)	(588.039)
(Câmbio)	(509)	(665)	(1.174)	(52)	(15.464)	(15.516)
Total das Provisões	(403.539)	(346.369)	(749.908)	(442.090)	(161.465)	(603.555)
Total Líquido	24.700.696	374.431	25.075.127	18.939.913	213.852	19.153.765
Circulante			9.353.660			7.710.369
Não Circulante			15.721.467			11.443.396

A elevação da carteira de operações de crédito e provisão foi motivada, principalmente, pela expansão da carteira FNO com risco integral do Banco.

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

Sector Privado	31.12.2023	31.12.2022
Rural	15.141.230	11.588.766
Indústria	1.867.326	1.753.314
Comércio	2.830.878	2.703.580
Pessoas Físicas	4.782.962	937.793
Serviços	1.202.639	2.773.867
Total da Carteira	25.825.035	19.757.320

b) Concentração dos principais devedores:

	31.12.2023	% Carteira	31.12.2022	% Carteira
Maior devedor	535.088	2,1	423.018	2,1
10 maiores devedores	3.105.108	12,0	2.558.655	13,0
50 maiores devedores	4.478.635	17,3	3.447.517	17,5
100 maiores devedores	3.145.514	12,2	1.213.986	6,1
Demais devedores	14.560.690	56,4	12.114.144	61,3
Total	25.825.035	100,0	19.757.320	100,0

Esses créditos apresentam o perfil a seguir, classificados de acordo com a faixa de vencimento das operações:

c) Operações a vencer

Nível de Risco	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima 360 dias	Total da carteira
AA	6.966	84.433	45.947	350.137	407.604	4.934.053	5.829.140
A	71.467	194.295	224.048	2.236.619	2.355.035	6.288.422	11.369.886
B	21.746	37.778	71.585	660.863	770.684	2.926.367	4.489.023
C	19.834	37.931	45.111	413.260	453.659	1.944.134	2.913.929
D	2.289	4.479	7.543	27.480	32.578	81.344	155.713
E	18.310	16.783	1.481	24.925	10.465	71.870	143.834
F	433	167	523	10.434	7.479	39.492	58.528
G	762	183	156	643	3.609	40.592	45.945
H	5.880	1.407	4.934	9.083	10.005	66.928	98.237
Total 31.12.2023	147.687	377.456	401.328	3.733.444	4.051.118	16.393.202	25.104.235
Total 31.12.2022	213.551	372.032	448.002	3.238.064	3.436.468	11.673.886	19.382.003

d) Operações vencidas

Nível de Risco	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima 360 dias	Saldo a vencer	Total da carteira
B	48.739	-	-	-	-	-	59.402	108.142
C	10.419	50.358	-	-	-	-	36.878	97.655
D	27.919	22.153	24.006	-	-	-	18.372	92.450
E	11.082	4.846	15.544	23.651	-	-	16.873	71.996
F	3.039	6.019	2.979	22.683	3.910	-	12.355	50.985
G	2.517	2.222	2.713	12.169	5.590	-	19.959	45.170
H	14.634	19.654	12.982	52.893	88.859	814	64.566	254.402
Total 31.12.2023	118.349	105.252	58.224	111.396	98.359	814	228.405	720.800
Total 31.12.2022	70.071	47.047	27.680	53.898	50.856	40	125.725	375.317

e) Composição das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.12.2023		31.12.2022	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	6.229.295	-	3.844.349	-
A	0,5	11.369.886	(56.849)	9.969.311	(49.846)
B	1	4.197.010	(41.970)	2.936.704	(29.367)
C	3	3.011.584	(90.348)	1.895.420	(56.863)
D	10	248.163	(24.816)	455.259	(45.526)
E	30	215.830	(64.749)	294.451	(88.335)
F	50	109.513	(54.757)	40.478	(20.239)
G	70	91.115	(63.780)	26.563	(18.594)
H	100	352.639	(352.639)	294.785	(294.785)
Total		25.825.035	(749.908)	19.757.320	(603.555)

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do período	(603.555)	(371.331)
Provisões constituídas	(514.390)	(384.086)
Provisão para operações de crédito	(513.268)	(371.688)
Provisão para câmbio	(1.122)	(12.398)
Provisão para câmbio	(1.167)	(13.373)
Reversão de provisão para câmbio	45	975
Valores baixados como prejuízo	368.037	151.862
Saldo no final do período	(749.908)	(603.555)

g) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Empréstimos	259.394	509.392	398.015
Direitos Creditórios Descontados	1.212	2.251	2.982
Financiamentos	244.758	538.610	392.786
Financiamentos Rurais	529.867	947.045	566.631
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	43.527	81.738	154.782
Rendas de Repasses Interfinanceiros	10.163	20.166	7.460
Total	1.088.921	2.099.202	1.522.656

h) Operações renegociadas e recuperadas

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Renegociadas (*)	134.133	197.319	75.807
Carteira Comercial	5.683	16.935	6.211
Carteira de Fomento	128.450	180.384	69.596
Recuperadas	43.527	81.738	154.782
Carteira Comercial	7.380	23.419	80.889
Carteira de Fomento	35.973	58.125	60.444
Câmbio	-	-	13.449
Outros - FNO Risco 100%	174	194	-

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

As renegociações ocorridas no exercício de 2023 tiveram aumento em 160% em relação ao mesmo período do ano passado, devido às renegociações de caráter administrativo, de iniciativa do Banco, ao passo que as ações amparadas em dispositivos legais alcançaram um público elegível menor em relação ao estoque da carteira.

No que se refere aos créditos recuperados entre os exercícios, houve decréscimo em 47%. O volume financeiro mais significativo de recuperação ficou concentrado em ações administrativas e judiciais.

8. Outros instrumentos financeiros e outros ativos

	31.12.2023	31.12.2022
Relações Interfinanceiras e Interdependências	805.425	927.618
Relações Interfinanceiras	805.425	927.618
Direitos junto Participantes Sistema de Liquidação	692	242
Créditos Vinculados	480.480	609.924
Repasses Interfinanceiros (*)	324.253	317.452
Devedores por Repasses de Outros Recursos (nota nº 20)	324.285	321.007
(-) Provisão para Perdas em Repasses Interfinanceiros (nota nº 20)	(32)	(3.555)
Carteira de Câmbio	31.150	42.771
Outros Instrumentos Financeiros	174.929	192.996
Rendas a Receber	63.896	89.595
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.b.1)	48.364	47.790
Pagamentos a Ressarcir	61.709	39.187
Títulos e Créditos a Receber	960	16.424
Com Característica de Concessão de Crédito	-	15.464
Sem Característica de Concessão de Crédito	960	960
Outros Ativos	59.565	54.855
Devedores para Apuração de Responsabilidades	80.177	31.000
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(80.177)	(31.000)
Demais Ativos	59.565	54.855
Total	1.071.069	1.218.240
Circulante	777.700	907.662
Não Circulante	293.369	310.578

(*) Estão registrados os repasses com recurso do FNO, risco integral, para outras instituições financeiras.

O saldo de devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$ 80.177 (R\$ 31.000 em 31/12/2022), corresponde ao registro de eventos classificados como risco operacional. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

a) Movimentação da provisão para perdas em repasses interfinanceiros

A provisão para perdas em repasses interfinanceiros apresentou a seguinte movimentação:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	(3.555)	(93)
Provisões constituídas	3.523	(3.462)
Provisão para Repasses Interfinanceiros	(1)	(3.594)
Reversão de Provisão para Repasses interfinanceiros	3.524	132
Saldo no final do exercício	(32)	(3.555)

9. Imobilizado de uso e intangível

a) Imobilizado de uso

	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis de Uso	109.552	109.107
Terrenos	15.399	15.399
Edificações	94.153	93.708
Outras Imobilizações de Uso	271.865	262.103
Móveis e Equipamentos em Estoque	746	648
Imobilizações em Curso	20.028	24.643
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	76.853	71.600
Instalações	11.299	10.231
Móveis e equipamentos de uso	65.554	61.369
Outras	174.238	165.212
Sistema de Comunicação	3.106	3.040
Sistema de Processamento de Dados	157.593	149.225
Sistema de Segurança	13.464	12.937
Outros imobilizados de uso	75	10
Subtotal	381.417	371.210
(-) Depreciações Acumuladas	(269.271)	(251.396)
Total	112.146	119.814

b) Intangível

	31.12.2023	31.12.2022
Softwares Desenvolvidos ^(*)	388.482	371.503
(-) Amortização Acumulada	(286.771)	(260.816)
Total	101.711	110.687

^(*) A variação positiva é referente a novas aquisições.

A movimentação do imobilizado de uso e intangível no período está demonstrada abaixo:

	SalDOS em 31.12.2022	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	SalDOS em 31.12.2023
Imobilizado de Uso	119.813	12.217	(1.934)	(17.950)	112.146
Intangível	110.687	16.978	-	(25.954)	101.711
Total	230.500	29.195	(1.934)	(43.904)	213.857

	SalDOS em 31.12.2021	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	SalDOS em 31.12.2022
Imobilizado de uso	129.085	15.036	(547)	(23.760)	119.814
Intangível	111.810	27.336	-	(28.459)	110.687
Total	240.895	42.372	(547)	(52.219)	230.501

A Resolução CMN n° 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Limite para Imobilização	2.890.807	2.292.346
(-) Situação Margem	(213.900)	(119.855)
Índice de Imobilização	2.676.907	2.172.491
	3,7%	2,6%

10. Depósitos, captações no mercado aberto e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.12.2023	Total em 31.12.2022
À Vista⁽¹⁾	2.349.405	-	-	2.349.405	1.785.604
Poupança	725.983	-	-	725.983	749.268
Interfinanceiros	81.402	297.885	-	379.287	43.885
A Prazo	5.675.198	903.219	1.289.679	7.868.096	5.759.698
A prazo	237.950	903.219	1.289.679	2.430.848	1.903.078
Judiciais com Remuneração	73.698	-	-	73.698	68.304
Especiais com Remuneração	5.363.550	-	-	5.363.550	3.788.316
Sudam ⁽²⁾	4.487.338	-	-	4.487.338	3.056.401
Finam ⁽³⁾	840.666	-	-	840.666	704.354
Outros	35.546	-	-	35.546	27.561
Total	8.831.988	1.201.104	1.289.679	11.322.771	8.338.455
Circulante				10.033.092	7.430.957
Não Circulante				1.289.679	907.498

⁽¹⁾ Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro.

⁽²⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

⁽³⁾ Refere-se ao Fundo de investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia S.A, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

b) Captações no mercado aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, não houve registro em 31/12/2023 (R\$ 70.041 em 31/12/2022), e foram negociadas, ao longo do período, a uma taxa média anualizada de 13,5% (12,4% em 31/12/2022) e

estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo, ou seja, em até 12 meses.

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$ 778.601 no período e estão alocadas no curto prazo, ou seja, em até 12 meses (R\$ 319.315 em 31/12/2022, no curto prazo, ou seja, em até 12 meses).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

c) Despesas de captações no mercado

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Despesas de Captações c/ Depósitos	(525.187)	(997.780)	(708.194)
A Prazo	(125.946)	(237.510)	(204.196)
Poupança	(26.314)	(54.598)	(56.864)
Especiais	(307.774)	(598.447)	(405.004)
Interfinanceiros	(18.273)	(24.494)	(2.966)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(40.659)	(70.764)	(28.061)
Judiciais	(2.827)	(5.582)	(5.072)
Fundo Garantidor de Créditos	(3.394)	(6.385)	(6.031)
Desp. de Captações Mercado Aberto (Carteira Própria)	(2.174)	(6.920)	(20.405)
Total	(527.361)	(1.004.700)	(728.599)

O avanço nas despesas de captação foi motivado por maior volume nos depósitos e pela taxa de juros, principalmente em: especiais, LCA e depósitos a prazo.

11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 30.892, com vencimento no curto prazo, ou seja, em até 12 meses (R\$ 44.758 em 31/12/2022), referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 7,2% a.a. (4,6% a.a. em 31/12/2022) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

a.1) Classificação por encargos financeiros e prazo de liquidação

	31.12.2023			31.12.2022		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	4,0	14.064	5,0	5,2	17.639
BNDES Industrial	3,2	9,9	192.223	3,0	17,8	279.734
BNDES Rural	3,8	4,6	158.948	3,9	5,1	211.185
BNDES Comércio	4,8	7,4	28.134	5,0	7,3	31.238
BNDES Serviços	6,6	2,7	236	6,6	2,5	420
Finep ⁽¹⁾	-	-	-	1,5	1,0	85
Finame Industrial	3,1	1,5	1.885	2,8	2,1	4.648
Finame Rural	6,1	2,9	15.579	5,3	3,4	24.951
Finame Comércio	5,2	4,4	1.130	5,3	4,2	1.933
Finame Serviços	3,2	3,0	1.565	1,9	1,9	2.752
Fungetur ⁽²⁾	-	-	23.853	-	-	-
STN OGU	0,5	1,3	599	1,3	2,4	25.494
Total			438.216			600.079
Circulante			67.025			81.906
Não circulante			371.191			518.173

⁽¹⁾ Os contratos relacionados ao Finep foram liquidados em Agosto/2023.

⁽²⁾ O Banco opera os recursos do Fundo Geral de Turismo - Fungetur, em conformidade com a Portaria MTur nº 666/2020 e tendo por finalidade o fomento e a provisão de recursos para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados de interesse ao desenvolvimento do turismo nacional. O recurso é atualizado monetariamente com base na variação da taxa Selic e INPC.

Em dezembro/2023, o Banco ressarciu ao Tesouro Nacional as operações do PRONAF OGU baixando substancialmente o saldo da obrigação.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa nº 27.a.

a.2) Classificação por faixa de vencimento:

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	367	637	956	1.911	7.645	2.548	-	14.064
BNDES Industrial	1.726	2.190	1.095	8.687	25.257	24.200	129.068	192.223
BNDES Rural	-	1.656	-	6.784	76.569	57.702	16.237	158.948
BNDES Comércio	456	1.120	410	4.007	9.571	6.087	6.483	28.134
BNDES Serviços	16	31	15	122	52	-	-	236
Finame Industrial	219	422	506	461	228	49	-	1.885
Finame Rural	37	2.790	74	4.643	-	-	8.035	15.579
Finame Comércio	71	117	176	117	289	289	71	1.130
Finame Serviços	64	126	178	392	608	92	105	1.565
Fungetur	23.853	-	-	-	-	-	-	23.853
STN OGU(*)	470	120	2	1	6	-	-	599
Total 31.12.2023	27.279	9.209	3.412	27.125	120.225	90.967	159.999	438.216
Total 31.12.2022	27.328	14.001	3.750	36.831	163.145	129.207	225.817	600.079

(*) Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$ 599 (R\$ 25.494 em 31/12/2022).

b) Despesas de obrigações para empréstimos e repasses

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Despesas de obrigações p/empréstimos e repasses	(15.872)	(39.808)	(106.891)
Tesouro Nacional	(2)	(13)	(56.023)
BNDES	(12.673)	(34.572)	(41.046)
Finame	(661)	(1.520)	(2.013)
Finep	(1)	(2)	(6)
Fungetur	(530)	(530)	-
Com banqueiros no exterior	(2.005)	(3.171)	(7.803)
Despesas de obrigações p/fundos fin. desenvolvimento (1)	(803.667)	(1.500.640)	(917.465)
Total	(819.539)	(1.540.448)	(1.024.356)

(1) O principal valor está relacionado à atualização de recursos do FNO aplicados em operações com risco 100%, impactadas pelo aumento nas liberações de repasses próprios. O período contemplou R\$ 603 referente ao complemento da remuneração do disponível do FNO.

13. Outros passivos

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2023	31.12.2022
Remuneração do capital a pagar (*)	358.891	299.333
Provisão para participação nos lucros	93.171	78.657
Total	452.062	377.990
Circulante	452.062	377.990
Não circulante	-	-

(*) Contempla valores em conformidade ao prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art. 287, inciso II alínea a. O JCP relacionado ao exercício de 2023 será atualizado pela variação da taxa Selic, a partir da data do encerramento do exercício até a data do pagamento, conforme aviso aos acionistas.

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2023	31.12.2022
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	22.176.613	15.587.883
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	60.081	78.296
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	63.847	71.936
Outros	78	78
Total	22.300.619	15.738.193
Circulante	22.252.558	15.675.782
Não circulante	48.061	62.411

(¹) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Outros passivos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Cheques administrativos	8	1.504
Contrato de assunção de obrigações	2	2
Obrigações por aquisição de bens e direitos	54.685	61.235
Obrigações por convênios oficiais	6.631	27
Obrigações por prestação de serviços	125	122
Parcelas de operações de crédito – securitização	494	547
Levantamento de depósitos recursais (nota nº 14.b.1)	18.288	17.304
Credores diversos – imobilizações	1.818	38
Recebimento de recursos para aval	20.500	28.847
Demais	52.514	44.152
Total	155.065	153.778
Circulante	155.065	153.778
Não circulante	-	-

d) Demais instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Relações Interfinanceiras e Interdependências	9.210	10.514
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.392	3.220
Total	12.602	13.734
Circulante	12.602	13.734
Não circulante	-	-

14. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	392.599	121.739
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.610.416	1.566.721
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.585.610	1.542.073
FDA (nota nº 19)	24.404	24.341
Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995 ⁽²⁾	397	302
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Provisão para passivos atuariais ⁽³⁾	1.146.731	1.162.250
Fundo de pensão de benefício definido	793.929	842.579
BD liquidado (nota nº 25)	697.440	749.839
Misto liquidado (nota nº 25)	38.884	32.449
Assistidos (nota nº 25)	57.605	60.291
Outros - auxílio saúde (nota nº 25)	352.802	319.671
Provisão para demandas judiciais ⁽⁴⁾	131.847	217.522
Ações trabalhistas (Indenizações) ⁽⁵⁾	76.889	155.238
Ações cíveis	48.463	51.876
Ações fiscais	1.974	1.466
Ações trabalhistas (Capaf)	4.521	8.942
Provisão para planos saldados (nota nº 25.b) ⁽⁴⁾	407.687	511.699
Plano BD	364.758	443.490
Plano misto	42.929	68.209
Provisões diversas ⁽⁴⁾	349	349
Desvalorização de bens	349	349
Total	3.689.629	3.580.280
Circulante	1.041.976	949.297
Não circulante	2.647.653	2.630.983

⁽¹⁾ A variação é composta principalmente pelo valor provisionado da taxa de administração que será devolvido ao FNO (nota nº 20).

⁽²⁾ Cessão de crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Coobrigações em cessões de crédito”, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2023, o montante corresponde a R\$ 4.663 (R\$ 9.212 em 31/12/2022).

⁽³⁾ Através da IN BCB nº 275, de 01 de abril de 2022, o Bacen criou contas de “Passivos atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

⁽⁴⁾ A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e provisões diversas está especificada na nota explicativa nº 14.c.

⁽⁵⁾ A variação é referente à reversão de provisão motivada pela publicação de acórdão relativo a julgamento de processo.

a) Provisão para garantias financeiras prestadas

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

	Saldos em 31.12.2022	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 31.12.2023
Risco FNO Rural (nota nº 20)	615.694	130.101	(107.826)	-	637.969
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	926.379	124.107	(102.845)	-	947.641
SEC I (cessão de crédito – Lei 9.138/1995)	302	270	-	(175)	397
FDA (nota nº 19)	24.341	1.628	(1.336)	(230)	24.404
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia (Fider)	5	-	-	-	5
Total	1.566.721	256.106	(212.006)	(405)	1.610.416

	Saldos em 31.12.2021	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Reversões	Saldos em 31.12.2022
Risco FNO Rural (nota nº 20)	601.373	127.600	(113.279)	-	615.694
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	869.181	175.881	(94.845)	(23.838)	926.379
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	448	80	-	(226)	302
FDA (nota nº 19)	31.747	6.183	(5.611)	(7.978)	24.341
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia – Fider	5	-	-	-	5
Total	1.502.754	309.744	(213.735)	(32.042)	1.566.721

b) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica. Os valores são atualizados através da perda média ou da apuração individual, conforme melhor estimativa para o processo, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente.

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

O Banco preconiza a mensuração e divulgação tanto da provisão quanto do passivo contingente, em conformidade com normas e regulamentações internas e externas.

Em função das atividades que desenvolve, o Banco possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

b.1) Levantamento de depósitos recursais

Em 31 de dezembro de 2023, os levantamentos de depósitos recursais alcançaram o montante de R\$ 18.288 (R\$ 17.304 em 31/12/2022) e estão registrados na rubrica "Outros passivos financeiros" (Nota Explicativa nº 13.c).

Encontram-se registrados na rubrica "Outros instrumentos financeiros" os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão de R\$ 23.659 (R\$ 19.700 em 31/12/2022), relativa aos depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas trabalhistas	70.905	66.372
(-) Provisão p/devedores depósitos recursais	(23.659)	(19.700)
Demandas fiscais	348	348
Demandas cíveis	770	770
Total (nota nº 8)	48.364	47.790

b.2) Ações trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros. Neste exercício de 2023, destaca-se a reversão de provisão motivada pela publicação de acórdão relativo a julgamento de processo trabalhista.

b.3) Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

b.4) Ações cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$ 4.262 (R\$ 6.759 em 31/12/2022).

b.5) Outras contingências - Capaf

Nos valores registrados em outras contingências-Capaf constam provisões para cobrir ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

c) Movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas

A movimentação das provisões para demandas judiciais, planos saldados e diversas, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Desv. Bens	Total
Saldo no início do exercício	155.238	51.876	1.466	8.942	511.699	349	729.570
Adições	93.816	73.139	1.586	141	-	-	168.682
Atualização monetária	-	-	-	-	36.585	-	36.585
Baixa por pagamento	(52.725)	(35.63)	(87)	(813)	(140.597)	-	(229.857)
Reversão da provisão (*)	(119.440)	(40.91)	(991)	(3.749)	-	-	(165.097)
Saldo final do exercício (nota nº 14)	76.889	48.463	1.974	4.521	407.687	349	539.883

(*) Neste exercício, destaque para o registro da reversão de provisão trabalhista no valor de R\$ 66.000, conforme acórdão RCL nº 36.337/2023.

d) Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas (CAPAF)	Planos Saldados	Diversas - Desv. Bens
Até 5 anos	52.013	18.910	1.817	1.481	291.474	349
De 5 anos a 10 anos	17.326	16.131	58	1.027	116.213	-
Acima de 10 anos	7.550	13.422	99	2.013	-	-
Total	76.889	48.463	1.974	4.521	407.687	349

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

e) Demandas judiciais – perda possível

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas judiciais – Possíveis	31.12.2023	31.12.2022
Causas fiscais	36.150	53.531
Causas trabalhistas	27.648	40.811
Causas cíveis	782.299	278.736
Causas Capaf	411	96
Total	846.508	373.174

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

Causas Cíveis – Possíveis	31.12.2023	31.12.2022
Anulação de contrato	3.592	3.782
Cotas Finam	4.717	4.717
Criminal	702	702
Danos morais e materiais	147.979	103.508
Debêntures do Finam	5.616	6.586
Exclusão de restritivos	7.089	10.611
Fundos Banco Santos	89	315
Honorários advocatícios (*)	434.979	4.454
Inexistência de débitos	34.337	34.249
Planos Econômicos	57	-
Revisional	142.206	109.790
Tributário	-	22
Obrigação de Fazer	936	-
Total	782.299	278.736

(*) A variação entre os períodos é decorrente de reavaliações periódicas da classificação de risco.

15. Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio líquido do Banco da Amazônia	5.883.325	4.841.380
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	104,95	86,36
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	95,00	49,25

⁽¹⁾ Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.654.918 (R\$ 3.654.918 em 31/12/2022) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (56.058.315 ações ordinárias nominativas em 31/12/2022).

Quantidade de ações	31.12.2023	31.12.2022
Domiciliados no país	56.040.242	56.052.044
Domiciliados no exterior	18.073	6.271
Total	56.058.315	56.058.315

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	54.379.991	97,0	54.379.991	97,0
Administração direta – Ministério da Fazenda	41.098.877	73,3	41.098.877	73,3
Administração indireta	13.281.114	23,7	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de investimento multimercado	10.427.301	18,6	10.427.301	18,6
BB FGO - Fundo investimento em ações	2.853.813	5,1	2.853.813	5,1
Em circulação	1.678.324	3,0	1.678.324	3,0
Total	56.058.315	100,0	56.058.315	100,0

c) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$ 16.944 (R\$ 17.600 em 31/12/2022) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$ 656, decorrentes de depreciação (R\$ 880 em 31/12/2022). Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	31.12.2023	31.12.2022
Reservas de capital	2.253	2.253
Reservas de lucros	2.687.292	1.699.479
Legal	316.996	249.738
Estatutária	2.370.296	1.449.741

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas	779.226	1.345.151	1.122.314
Quantidade de ações (em unidades) ⁽¹⁾	56.058.315	56.058.315	37.461.127
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	13,90027	23,99556	29,95943
JCP por ação (R\$) ⁽²⁾	6,38609	6,38609	4,20369
Dividendos por ação ⁽³⁾	-	-	1,12615

⁽¹⁾ Na quantidade de ações do exercício/2022, foi considerado o número médio ponderado de ações em circulação.

^{(2) (3)} A remuneração de capital a pagar por ação foi calculada com base na quantidade de ações em 31/12, conforme nota explicativa nº 15.b.

f) Outros resultados abrangentes

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	31.12.2023	31.12.2022
Outros resultados abrangentes	(461.138)	(515.270)
Reserva de reavaliação	16.944	17.600
Ajuste de avaliação patrimonial	(478.082)	(532.870)
Títulos disponíveis para venda	(99.948)	(134.289)
Ajustes de avaliação atuarial	(378.134)	(398.581)

g) Destinação do lucro líquido

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido	1.345.151	1.122.314
Reserva legal (5% s/lucro líquido)	(67.258)	(56.116)
Saldo após a reserva legal	1.277.893	1.066.198
Realização da reserva de reavaliação	656	880
Base de cálculo para distribuição	1.278.549	1.067.078
Remuneração de capital a pagar	(357.994)	(298.782)
Juros sobre capital próprio – JCP (*)	(357.994)	(235.652)
Dividendos	-	(63.130)
Reserva estatutária	(920.555)	(768.296)

(*) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Em 2023, a remuneração dos acionistas está sob a forma de Juros sobre Capital Próprio (JCP), no valor bruto de R\$ 357.994 imputados no dividendo mínimo obrigatório do exercício, corresponde ao *payout* bruto de 28% (28% em 2022) sobre o lucro líquido ajustado (base de cálculo para a distribuição).

Conforme o Estatuto Social e Política de Remuneração ao Acionista do Banco, e em consonância à Lei nº 6.404/76, deverá ser destinado, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, apurado em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório.

16. Tributos

a) Provisões constituídas

Neste período o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	2º Semestre/2023		Exercício/2023		Exercício/2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	973.779	973.779	1.648.399	1.648.399	1.978.237	1.978.237
Participações estatutárias	(90.262)	(90.262)	(90.262)	(90.262)	(75.600)	(75.600)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	883.517	883.517	1.558.137	1.558.137	1.902.637	1.902.637
Exclusões líquidas caráter permanente	(663.371)	(664.135)	(1.061.670)	(1.062.434)	(428.114)	(428.114)
Exclusões líquidas caráter temporário	-	-	-	-	(1.875)	(1.875)
Adições líquidas caráter temporário	(180.366)	(180.366)	141.648	141.648	-	-
Lucro tributável antes compensações	39.780	39.016	638.115	637.351	1.472.648	1.472.648
Lucro tributável antes compensações - até julho/2022	-	-	-	-	-	954.942
Alíquotas	15%	20%	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	5.967	7.803	95.717	127.470	220.897	190.988
Lucro tributável antes compensações – de agosto a dezembro/2022	-	-	-	-	-	517.707
Alíquota de agosto a dezembro/2022	-	-	-	-	-	21%
Valores devidos pela nova alíquota	-	-	-	-	-	108.718
Adicional de imposto de renda (10%)	3.966	-	63.788	-	147.241	-
Incentivos	(2.398)	-	(6.314)	-	(12.967)	-
Valores devidos	7.535	7.803	153.191	127.470	355.171	299.706
Realização reserva reavaliação e diferido s/MTM	(168)	(135)	(287)	(229)	(406)	(326)
Valores registrados em resultado antes ativação	7.367	7.668	152.904	127.241	354.765	299.380
Crédito tributário s/diferenças temporárias	49.586	39.670	(37.311)	(29.848)	70.099	56.079
Valores efetivamente registrados no resultado	56.953	47.338	115.593	97.393	424.864	355.459
% despesa efetiva em relação ao lucro antes IRPJ/CSLL	6,4	5,4	7,4	6,3	22,3	18,7

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Relativamente aos planos de benefícios saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos 10 anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e pela Resolução Bacen nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de dezembro de 2023:

	31.12.2022	Constituição	Realizado	31.12.2023
Imposto de renda				
Provisão trabalhista	164.180	93.957	176.727	81.410
Provisão para risco de crédito – Banco	545.761	514.435	267.577	792.619
Provisão para risco de crédito – FNO	680.208	341.896	246.199	775.905
Auxílio pós-emprego	372.310	110.407	206.821	275.896
Planos saldados	511.698	36.586	140.597	407.687
Desvalorização marcação a mercado – venda	255.861	46.732	107.575	195.018
Provisão para passivos legais e judiciais	46.582	70.529	70.937	46.174
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	820	5.209	5.345	684
Outras provisões	64.772	73.042	19.792	118.022
Base de cálculo	2.642.192	1.292.793	1.241.570	2.693.415
Imposto de renda diferido (25%)	660.548	323.198	310.393	673.353
Contribuição social				
Provisão trabalhista	164.180	93.957	176.727	81.410
Provisão para risco de crédito – Banco	545.761	514.435	267.577	792.619
Provisão para risco de crédito – FNO	680.208	341.896	246.199	775.905
Auxílio pós-emprego	372.310	110.407	206.821	275.896
Planos saldados	511.698	36.586	140.597	407.687
Desvalorização de marcação a mercado – venda	255.861	46.732	107.575	195.018
Provisão para passivos legais e judiciais	46.582	70.529	70.937	46.174
Provisão para reajuste futuro-Res.CMN nº 4.877/2020	820	5.209	5.345	684
Outras provisões	57.740	73.042	19.792	110.990
Base de cálculo	2.635.160	1.292.793	1.241.570	2.686.383
Contribuição social diferida (20%)	527.032	258.559	248.314	537.277
Total do crédito tributário	1.187.580	581.757	558.707	1.210.630

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelece o CMN/Bacen e são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme recomenda a Res. Bacen nº 2/2020, independentemente da expectativa de realização.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2023, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos tributários	2024	2025	2026	2027	2028	De 2029 a 2033	Total
Crédito tributário de I.R	158.853	103.030	92.668	62.309	42.783	213.711	673.354
Crédito tributário de C. Social	127.082	82.424	74.134	49.847	34.227	169.562	537.276
Total – valores nominais	285.935	185.454	166.802	112.156	77.010	383.273	1.210.630
Índice acumulado a.a (%)	1,10	1,20	1,31	1,42	1,54	-	-
Valor presente destes ativos	259.941	154.803	127.818	78.928	50.169	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos tributários não ativados

Ao final do exercício, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no total de R\$ 609.329 (R\$ 612.816 em 31/12/2022).

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão FNO	333.239	420.926
Provisão auxílio pós emprego	870.834	720.723
Provisão ativos atuariais – CAPAF	107.769	176.987
Outras provisões	43.089	43.843
Total das provisões	1.354.931	1.362.479
Créditos tributários (CSLL) ^(*)	270.986	272.496
Créditos tributários (IRPJ) ^(**)	338.343	340.320
Total créditos tributários não ativados (IRPJ e CSLL)	609.329	612.816

^(*) CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.

^(**) IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$ 1.560 de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e contribuições a compensar

Em 31 de dezembro de 2023, os “Impostos e contribuições a compensar” alcançaram o montante de R\$ 11.773 (R\$ 95.092 em 31/12/2022) e estão registrados na conta “Ativos fiscais correntes e diferidos”.

g) Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais e previdenciárias	132.764	501.208
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros ⁽¹⁾	78.698	432.656
Impostos e contribuições a recolher	54.066	68.552
Provisões para Impostos e contribuições diferidos ⁽²⁾	15.778	16.688
Total	148.542	517.896
Circulante	56.001	517.896
Não circulante	92.541	-

⁽¹⁾ A queda observada neste exercício se deu pela redução da base de cálculo do Lucro Real ocasionada pelo aumento das perdas fiscais, do JCP e das exclusões líquidas.

⁽²⁾ É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado e reavaliação.

17. Desdobramento das contas de resultado

Os itens mais relevantes que compõem as contas de resultado estão a seguir demonstrados:

a) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Administração de fundos e programas	246.005	497.536	773.225
FNO (nota nº 20) ⁽¹⁾	236.805	479.979	756.947
Art 19 da Lei nº 8.167/91	431	743	830
Finam (nota nº 18)	8.547	16.324	14.719
Outras - FDA ⁽²⁾	222	490	729
Outros serviços	21.246	36.955	30.202
Demais rendas	21.246	36.955	30.202
Sub-total	267.251	534.491	803.427
Rendas de tarifas bancárias	124.299	248.535	206.610
Pessoa física	75.843	159.629	130.587
Pessoa jurídica	48.456	88.906	76.023
Total	391.550	783.026	1.010.037

⁽¹⁾ No exercício, houve a redução de R\$ 34.890 referente à revisão de valores da taxa de administração do FNO (notas nºs 17.e e 20).

⁽²⁾ Estão registrados, substancialmente, os valores de *Del Credere*.

b) Despesas com pessoal

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Honorários	(2.084)	(4.443)	(2.976)
Benefícios	(51.267)	(96.459)	(87.142)
Encargos sociais	(103.260)	(187.372)	(172.121)
Proventos	(220.750)	(416.017)	(395.297)
Treinamento	(2.310)	(4.722)	(2.072)
Remuneração de estagiários	(1.891)	(3.269)	(3.439)
Total	(381.562)	(712.282)	(663.047)

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Água, energia e gás	(7.115)	(13.196)	(13.503)
Aluguéis	(9.298)	(18.807)	(17.641)
Processamento de dados	(31.884)	(70.691)	(45.768)
Comunicações	(8.716)	(16.328)	(15.166)
Manutenção e conservação de bens	(8.095)	(15.469)	(14.288)
Material	(164)	(338)	(534)
Serviços de terceiros	(25.741)	(40.814)	(37.480)
Vigilância e segurança	(16.644)	(36.561)	(30.814)
Serviços do sistema financeiro	(13.818)	(24.319)	(23.245)
Promoções e relações públicas	(11.669)	(16.453)	(12.151)
Propaganda e publicidade	(6.468)	(10.206)	(7.940)
Publicações oficiais	(189)	(1.663)	(1.441)
Serviços técnicos especializados	(11.458)	(23.815)	(16.870)
Transporte	(7.650)	(15.390)	(15.544)
Viagens	(3.979)	(6.404)	(3.070)
Depreciação (nota nº 9)	(8.693)	(17.950)	(23.760)
Amortização (nota nº 9)	(12.800)	(25.954)	(28.459)
Demais despesas administrativas	(3.489)	(8.497)	(5.880)
Total	(187.870)	(362.855)	(313.554)

d) Despesas tributárias

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
ISS	(7.433)	(13.822)	(11.087)
Cofins	(61.110)	(125.288)	(131.261)
PIS/Pasep	(9.930)	(20.359)	(21.330)
Demais tributos	(1.195)	(11.227)	(15.041)
Total	(79.668)	(170.696)	(178.719)

e) Demais receitas e despesas operacionais e despesas de provisões

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Demais receitas operacionais			
Reversão de provisões	177.610	253.012	142.668
Reversão de provisões contingenciais (*)	107.848	165.097	99.326
Reversão de outras provisões operacionais	69.762	87.915	43.342
Rendas de <i>del credere</i> – FDA	2.004	4.021	4.147
Receita variação taxas - FMM	4.372	11.444	24.090
Receita variação taxa câmbio	792	4.573	10.958
Multas – operações crédito geral	1.433	3.127	2.337
Rendas s/depósito compulsório	5.278	11.164	12.564
Rendas de atualização Selic sobre tributos a compensar	931	4.136	10.051
Atualização de devoluções judiciais trabalhistas	1.334	1.780	2.677
Demais	312	1.435	1.659
Total	194.066	294.692	211.151

(*) Os valores apresentados em 2023 têm como principais contas: contingências judiciais trabalhistas e cíveis e sucumbências. A variação decorreu, substancialmente, da reversão de provisão motivada pela publicação de acórdão RCL nº 36.337/2023 relativo a julgamento de processo trabalhista.

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Demais despesas operacionais			
Despesas de variação de taxa FMM	(1.691)	(5.695)	(17.078)
Despesa de variação taxa câmbio	(1.988)	(2.703)	(3.204)
Grade de eventos perdas operacionais ⁽¹⁾	(63.629)	(64.598)	(6.588)
Despesas s/saldos credores do INSS	(449)	(904)	(1.377)
Dividendos a pagar juros s/capital	-	(12.861)	(7.094)
Despesas desconto concedido renegociação	(23.175)	(26.573)	(478)
Pagamento de causas ⁽²⁾	(18.463)	(31.079)	(21.842)
Multa de órgãos oficiais	(23)	(347)	(4.632)
Pagto benefícios/pensões – INSS	(758)	(1.523)	(1.505)
Sucumbências/honorários periciais - determinação judicial	(168)	(191)	(61)
Estorno de encargos carteira de fomento	(1.815)	(1.839)	(13.531)
Depósitos recursais zerados - CEF	(1.614)	(3.960)	(3.193)
Cumprimento decisões judiciais trabalhistas	(307)	(579)	-
Atualização AFAC (dotação aumento capital) ⁽³⁾	-	-	(49.264)
Despesas estorno encargos carteira sustentação	(2.383)	(4.033)	(2.139)
Devolução taxa administração FNO ⁽⁴⁾	-	(244.826)	-
Demais despesas operacionais	(1.298)	(1.576)	(5.182)
Total	(117.761)	(403.287)	(137.168)

⁽¹⁾ Estão registrados, inclusive, valores relacionados ao descumprimento de prazo, com destaque para o ressarcimento ao Tesouro Nacional de operações do PRONAF OGU, ocorrido em dezembro/2023.

⁽²⁾ Referem-se a diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte: de atualização monetária, da utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista. O aumento entre os períodos ocorreu devido os ajustes da base da provisão, em conjunto com os trabalhos de análise das provisões encaminhados pelo jurídico.

⁽³⁾ Trata-se de atualização monetária do saldo residual do AFAC, calculada pela taxa Selic, até 18 de novembro de 2022, quando foi efetivado como aumento de capital, conforme aprovação pelo Bacen.

⁽⁴⁾ Referente à revisão de valores da taxa de administração do FNO (nota nº 17.a).

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Despesas de provisões			
Garantia financeira prestada	(68.695)	(256.106)	(309.744)
Passivo atuarial	(87.165)	(170.371)	(208.105)
Atualização benefícios pós-emprego PBD e PMB	(64.188)	(128.043)	(168.715)
Pós-emprego assistidos/auxílio-saúde	(22.977)	(42.328)	(39.390)
Demandas judiciais	(69.640)	(168.682)	(195.403)
Passivos trabalhistas	(38.769)	(93.816)	(140.609)
Passivos cíveis/sucumbências	(26.126)	(68.944)	(49.142)
Passivos cíveis - fundos investimento	(3.045)	(4.195)	(2.065)
Outras contingências - fiscais	(1.586)	(1.586)	(1.159)
Provisão ativos atuariais – CAPAF	(114)	(141)	(2.428)
Planos saldados (nota nº 25.b)	(10.664)	(36.585)	(55.353)
Total	(236.164)	(631.744)	(768.605)

f) Resultado não operacional

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas não operacionais	169	7.411	28.736
Lucros em transações com valores e bens	47	47	18.188
Outras receitas não operacionais	122	7.364	10.548
Ganhos de capital	50	7.084	9.197
Rendas de aluguel	2	4	3
Outras rendas não operacionais	70	276	1.348
Despesas não operacionais	(79)	(85)	(1.126)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(5)	(5)	(548)
Outras despesas não operacionais	(74)	(80)	(578)
Diversas	(74)	(80)	(578)
Total	90	7.326	27.610

Para o resultado do exercício de 2023, os eventos que mais contribuíram foram os relacionados a ganhos de capital pela venda das ações da B³ (antiga Cetip S.A.) e por registro das cotas dos Fundos Finam e Finor.

No que se refere ao exercício de 2022, destaque para a venda da posse de imóvel e para o valor obtido com as ações recebidas no ato da incorporação da Cetip S.A., registrados nas contas: lucros em transações com valores e bens e, ganhos de capital, respectivamente.

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	2º semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Receita de prestação de serviço (nota nº 17.a) ⁽¹⁾	8.547	16.324	14.719

⁽¹⁾ A taxa de administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do fundo.

	31.12.2023	31.12.2022
Entrada de recursos ^(*)	37.845	9.128

^(*) Trata-se de liberação financeira conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na Nota Explicativa nº 14, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Portaria do Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional (MIDR) nº 2.896/2022 e à Lei nº 14.165/2021, que disciplinam sobre os mecanismos para desinvestimentos, liquidação e extinção das carteiras de títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos regionais, o Banco, como operador do FINAM, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo Departamento de Instrumentos Financeiros e Inovação, do referido Ministério.

A oferta de recompra de cotas do FINAM será operacionalizada por meio de leilões de compra organizados na B3 S/A-Brasil, Bolsa, Balcão, por intermédio de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, e a recompra de cotas estará disponível, provavelmente, até dezembro de 2028, data de encerramento do prazo de amortização das renegociações dispostas no art. 3º, da citada Portaria, e da possível liquidação do fundo.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	31.12.2023	31.12.2022
<i>Del credere</i> ⁽¹⁾	27.673	25.487
Risco da provisão ⁽²⁾ (nota nº 14)	24.404	24.341
Repasses do tesouro ⁽³⁾ (nota nº 13.b)	63.847	71.936

⁽¹⁾ Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

⁽²⁾ Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

⁽³⁾ Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Conforme o Decreto nº 4.254/2002, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Despesa de provisão risco de operações - FDA	(446)	(1.628)	(6.183)
Reversão de provisão risco de operações – FDA	35	230	7.978

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do Governo Federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Taxa de administração (nota nº 17.a)	236.805	479.979	756.947
FNO	190.964	388.644	663.264
FNO – PRONAF	45.841	91.335	93.682
<i>Del credere</i>	811.720	1.570.602	1.326.661
Recuperação de operações ⁽¹⁾	48.973	195.726	338.002
Remuneração do disponível (nota nº 23)	(198.087)	(329.392)	(242.328)
Outras despesas operacionais ⁽²⁾	(85)	(85)	-
Despesa de provisão (risco compartilhado)	(68.246)	(254.208)	(303.481)

⁽¹⁾ Do montante apresentado no exercício 2023, R\$ 108.270 (R\$ 247.209 em 2022), referem-se às operações baixadas, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005 e R\$ 87.456 à recuperação de operações indenizadas (R\$ 90.793 em 2022).

⁽²⁾ Refere-se à remuneração do disponível do FNO calculada sobre o valor reservado para atender operações de PNMPO, conforme Portaria MIDR nº 3055/2023.

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

Em janeiro de 2023, essa taxa de administração foi alterada da seguinte forma: (i) redução de 0,15% a.m. para 0,125% a.m. e, (ii) limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiro das operações contratadas.

A Lei nº 14.227/2021, estabeleceu nova regra, a partir de 1º de janeiro de 2022, para o *del credere*, considerando o porte dos clientes. O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. As operações em que o Banco assume risco 100%, o *del credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferir remuneração, por estar isento de risco. Em 2021, com a vigência da MP nº 1.052, a partir de 19 de maio daquele ano, a comissão estava limitada a 5,5% conforme anexo II, porém a Lei nº 14.227 revogou a MP e retornou o limite para 6%, de acordo com seu art. 7º.

Após consulta ao Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional acerca da ratificação da metodologia de apuração da taxa de administração, considerando-se as alterações inseridas pela Lei nº 13.682/2018 e a incidência dos valores repassados ao Banco a título de risco integral Banco na forma do artigo 9º-A da lei 7.827/89, o Banco recebeu orientações daquele órgão para a partir de março de 2023, aplicar na metodologia utilizada para cálculo da taxa de administração o saldo médio diário dos valores repassados ao banco administrador.

O MIDR ratificou o entendimento junto a CGU sobre a metodologia de apuração da taxa de administração e concluiu pela necessidade de revisão dos valores pagos a maior e o reembolso ao fundo pelo Banco da Amazônia, totalizando R\$ 279.716 a título de taxa de administração e R\$ 657 de complemento de remuneração do disponível do FNO.

O Patrimônio Líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio Líquido do FNO ⁽¹⁾	47.318.302	42.126.928
Disponível do FNO ⁽²⁾	1.894.155	805.896
Provisão Risco FNO ⁽³⁾ (nota nº 14)	1.585.610	1.542.073
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras ⁽⁴⁾ (nota nº 8)	324.285	321.007
Provisão para perdas em repasses (nota nº 8)	(32)	(3.555)

⁽¹⁾ Está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

⁽²⁾ É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo "Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

⁽³⁾ É registrada na conta "Provisão para garantias financeiras prestadas" e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999.

⁽⁴⁾ Estão registrados em "Devedores por repasse de outros recursos" e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

No exercício de 2023, o Banco procedeu à baixa de R\$ 210.671 (R\$ 208.124 no exercício de 2022) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. Neste exercício de 2023, foi devolvido ao fundo, o montante de R\$ 208.389 (R\$ 212.028 no exercício de 2022).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	31.12.2023	31.12.2022
Recursos a alocar	1.334.114	207.572
Recursos alocados	20.589.741	15.288.664
Taxa de administração ⁽¹⁾	31.363	59.416
Outros ⁽²⁾	221.395	32.231
Total (nota nº 13.b)	22.176.613	15.587.883

⁽¹⁾ A redução do valor da taxa de administração decorre da nova metodologia adotada a partir do mês de março/2023.

⁽²⁾ Neste montante, destaque para o valor de R\$ 195.025 reservado para atender operações de PNMPO, conforme Portaria MIDR nº 3055/2023.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir:

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31.12.2023		31.12.2022	
		Valor das Operações	Provisão Regulamentar	Valor das Operações	Provisão Regulamentar
AA	-	5.355.460	-	5.319.626	-
A	0,5	8.731.675	(21.829)	10.152.225	(25.381)
B	1	3.325.214	(16.626)	3.562.877	(17.814)
C	3	2.418.499	(36.278)	2.109.151	(31.637)
D	10	1.077.177	(53.859)	1.815.056	(90.753)
E	30	199.511	(29.927)	434.776	(65.216)
F	50	143.001	(35.750)	186.273	(46.568)
G	70	278.484	(97.460)	139.336	(48.768)
H	100	2.587.835	(1.293.881)	2.431.991	(1.215.936)
Total		24.116.856	(1.585.610)	26.151.311	(1.542.073)

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

Recursos Repassados ⁽¹⁾ (nota nº 13.b)

31.12.2023	31.12.2022
60.081	78.296

⁽¹⁾ Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1%.

22. Fundos de investimentos financeiros

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	49	55
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	25	29
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	19	22
Total	94	107

No exercício 2023, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's (não ocorreu em 31/12/2022).

23. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Honorários (nota nº 17.b)	(2.084)	(4.443)	(2.976)
Diretoria Executiva	(1.469)	(3.048)	(1.949)
Conselho de Administração	(166)	(275)	(295)
Conselho Fiscal	(84)	(174)	(155)
Comitê de Auditoria	(365)	(723)	(577)
Outros - Ajuda de Custo	-	(223)	-
Remuneração Variável Anual	-	(1.204)	(1.026)
Outros benefícios ⁽¹⁾	(111)	(173)	(93)
Total	(2.195)	(5.820)	(4.095)

⁽¹⁾ Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

b) Transações com Partes Relacionadas

O Banco possui uma Política de transações com Partes Relacionadas aprovada pelo conselho de administração (CONSAD) e divulgada ao mercado. A política tem como objetivo consolidar seu compromisso com uma gestão responsável e transparente proporcionando conforto e segurança a seus empregados, acionistas, investidores e ao mercado em geral, demonstrando aderência às normas dos órgãos reguladores e legislação pertinente assim como, às melhores Práticas de Governança Corporativa. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco. Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, a política de transações com Partes Relacionadas dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota Explicativa nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas Notas Explicativas nºs: 12 (Obrigações por repasses), 13 (Outros passivos), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração (Capaf) estão descritas na Nota Explicativa nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20 e 21.

Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

Passivos	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12.a)	438.216	600.079
Tesouro Nacional	599	25.494
BNDES	393.605	540.216
Finame	20.159	34.284
Finep	-	85
Fungetur	23.853	-
Outros Passivos	22.300.541	15.738.115
FNO (notas nºs 13.b e 20)	22.176.613	15.587.883
FMM (notas nºs 13.b e 21)	60.081	78.296
FDA-aplicado (notas nºs 13.b e 19)	63.847	71.936
Total	22.738.757	16.338.194

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas Taxa Administração (nota nº 17.a)	246.005	497.536	773.225
Receita <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	811.720	1.570.602	1.326.661
Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota nº 20)	(198.087)	(329.392)	(242.328)
Provisão FNO (Risco Compartilhado) (nota nº 20)	(68.246)	(254.208)	(303.481)
Despesas Contribuição Patronal – Capaf (nota nº 25.c)	(9.004)	(16.803)	(16.107)
Liquidados - BD e Misto	(1.411)	(2.694)	(2.952)
Prev-amazônia - Capaf	(7.593)	(14.109)	(13.155)
Atualização Ajuste Pós-Emprego-Capaf	(97.829)	(206.956)	(263.458)
Atualização Benefício Pós-Emprego PBD/PMB (nota nº 17.e)	(64.188)	(128.043)	(168.715)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(10.664)	(36.585)	(55.353)
Despesas Pós-Emprego Assistidos/Auxílio Saúde (nota nº 17.e)	(22.977)	(42.328)	(39.390)

24. Remuneração paga aos empregados e administradores

a) Remuneração mensal dos empregados (em reais) e outras informações

Remuneração (*)	31.12.2023	31.12.2022
Maior	34.761,14	33.238,80
Menor	3.317,51	3.172,16
Média	10.471,86	9.364,33
Valor médio dos benefícios	3.276,30	2.993,99

(*) Inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Outras informações	31.12.2023	31.12.2022
Quantidade de empregados	2.835	2.867
Participação de Lucro no Resultado - PLR (em mil)	89.498	74.695

b) Remuneração dos Administradores (em reais) e outras informações

Remuneração Diretoria Executiva	31.12.2023	31.12.2022
Maior	40.389,56	37.054,64
Menor	35.533,91	32.599,92
Média	34.963,80	33.312,00

Outras informações	31.12.2023	31.12.2022
Remuneração Variável Anual – RVA (em mil)	1.203	905

Remuneração média dos Conselhos	31.12.2023	31.12.2022
Conselho de Administração	3.809,96	3.574,42
Conselho Fiscal	3.803,95	3.612,05

25. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia são administrados pela BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil e os Planos BD e Misto Liquidados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 777 de 5 de setembro de 2023, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11 de setembro de 2023, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 220 de 7 de março de 2023.

A Capaf efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro de 2020, paga pela BB Previdência. Permanecem na Capaf os Planos BD e Misto Liquidados.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a Previc a decretar a liquidação destes a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos, que corresponde a 52% do público-alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Resolução CVM nº 110/2022, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do *déficit* dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

	31.12.2023				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Premissas Financeiras (a.a %)					
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	8,9	8,9	9,0	8,9	9,2
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,2	5,2	5,3	5,2	5,5
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	8,9	8,9	9,0	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2

	31.12.2022				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Premissas Financeiras (a.a %)					
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,6	9,6	9,6	9,7	9,7
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,9	5,9	5,9	6,0	5,9
Projeção de aumentos salariais	3,5	3,5	3,5	N/A	3,5
Projeção de aumentos dos benefícios	3,5	3,5	3,5	3,5	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,5	3,5	3,5	-	-
Taxa de inflação	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Expectativa de retorno ativos do plano	9,6	9,6	9,6	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2

	31.12.2023				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Premissas Demográficas					
Taxa de rotatividade	-	1,1%	-	-	0,6
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss				
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **			N/A	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A				

* suavizada em 20% em 2023.

** suavizada em 30% em 2023.

	31.12.2022				
	BD Elegível	BD Não Elegível	Misto	Assistidos	Auxílio saúde
Premissas Demográficas					
Taxa de rotatividade	-	-	-	N/A	0,6
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000 Fem *				
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss				
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **			N/A	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A				

* suavizada em 20% em 2022.

** suavizada em 30% em 2022.

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD		Plano Misto	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(4)	(3)
Custo de juros líquidos	(65.380)	(62.913)	(3.117)	(2.956)
Provisão planos de benefícios e outros ben. pós-emprego	(65.380)	(62.913)	(3.121)	(2.959)
Remensurações do plano de benefício definido				
Ganhos e perdas sobre contribuições dos participantes	(987)	(1.032)	-	-
Ganhos e perdas sobre o ativo	58.735	55.755	4.067	2.374
Ganhos e perdas sobre o passivo	(11.160)	40.089	(7.410)	1.681
Total componentes registrados outros resultados abrangentes	46.588	94.812	(3.343)	4.055
Total dos componentes de benefício definido	(18.792)	31.899	(6.464)	1.096

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Custo do serviço				
Custo de serviço	-	-	(4.934)	(4.587)
Custo de juros líquidos	(5.878)	(6.204)	(30.951)	(27.899)
Provisão planos benefícios e outros ben. pós-emprego	(5.878)	(6.204)	(35.885)	(32.486)
Remensurações do plano de benefício definido				
Ganhos e perdas sobre o passivo	1.676	10.191	(7.745)	13.399
Total componentes registrados outros resultados abrangentes	1.676	10.191	(7.745)	13.399
Total dos componentes de benefício definido	(4.202)	3.987	(43.630)	(19.087)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD		Plano Misto	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(749.839)	(744.910)	(32.449)	(33.575)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	1.973	2.063	29	30
Provisão para planos de benefício definido	(65.380)	(62.913)	(3.121)	(2.959)
Provisão adicional reserva matemática	-	(44.371)	-	-
Reversão Provisão adicional reserva matemática	69.217	5.480	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	46.589	94.812	(3.343)	4.055
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(697.440)	(749.839)	(38.884)	(32.449)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(60.291)	(71.053)	(319.671)	(310.439)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	6.889	6.775	10.499	9.855
Provisão para planos de benefício definido	(5.878)	(6.204)	(35.885)	(32.486)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.675	10.191	(7.745)	13.399
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(57.605)	(60.291)	(352.802)	(319.671)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD		Plano Misto	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(797.965)	(840.722)	(75.045)	(78.687)
Benefícios pagos pelo plano	64.585	61.147	12.558	7.215
Custo de juros	(76.652)	(74.018)	(7.209)	(6.928)
Custo de serviço corrente	-	-	(7)	(7)
Remensurações de perdas atuariais	(17.342)	55.628	(14.819)	3.362
Decorrentes de ajuste na experiência	22.453	15.637	(11.440)	(538)
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	(39.795)	39.991	(3.379)	3.900
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(827.374)	(797.965)	(84.522)	(75.045)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(60.291)	(71.053)	(319.671)	(310.439)
Benefícios pagos pelo plano	6.888	6.775	10.499	9.855
Custo de juros	(5.878)	(6.204)	(30.951)	(27.899)
Custo de serviço corrente	-	-	(4.934)	(4.587)
Remensurações de perdas atuariais	1.676	10.191	(7.745)	13.399
Decorrentes de ajuste na experiência	3.782	7.602	22.207	(14.146)
Decorrentes de alterações nas premissas financeiras	(2.106)	2.589	(29.952)	27.545
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(57.605)	(60.291)	(352.802)	(319.671)

a.5) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros Do
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				Demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(581.544)	(554.333)	(574.583)	(560.560)	(567.506)
Superávit/(déficit) do plano	(581.544)	(554.333)	(574.583)	(560.560)	(567.506)
Variação na obrigação atuarial	2,47%	(2,32%)	1,25%	(1,22%)	-
Variação no superávit/(déficit)	2,47%	(2,32%)	1,25%	(1,22%)	-
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(265.835)	(254.291)	(266.955)	(253.095)	(259.868)
Superávit/(déficit) do plano	(265.835)	(254.291)	(266.955)	(253.095)	(259.868)
Variação na obrigação atuarial	2,30%	(2,15%)	2,73%	(2,61%)	-
Variação no superávit/(déficit)	2,30%	(2,15%)	2,73%	(2,61%)	-
	Plano Misto				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros Do
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				Demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrigação atuarial	(86.456)	(82.707)	(85.939)	(83.148)	(84.522)
Valor justo dos ativos do plano	6.755	6.755	6.755	6.755	6.755
Superávit/(déficit) do plano	(79.701)	(75.953)	(79.184)	(76.393)	(77.767)
Variação na obrigação atuarial	2,29%	(2,15%)	1,68%	(1,63%)	-
Variação no superávit/(déficit)	2,49%	(2,33%)	1,82%	(1,77%)	-

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				Do
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	Demonstrativo
Valor presente obrigação atuarial	(59.768)	(55.605)	(58.236)	(56.990)	(57.605)
Superávit/(déficit) do plano	(59.768)	(55.605)	(58.236)	(56.990)	(57.605)
Varição na obrigação atuarial	3,75%	(3,47%)	1,09%	(1,07%)	-
Varição no superávit/(déficit)	3,75%	(3,47%)	1,09%	(1,07%)	-

	Auxílio-saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				Do
	-5%	+5%	-0,25	+0,25	Demonstrativo
Valor presente obrigação atuarial	(359.092)	(346.895)	(365.582)	(340.321)	(352.802)
Superávit/(déficit) do plano	(359.092)	(346.895)	(365.582)	(340.321)	(352.802)
Varição na obrigação atuarial	1,78%	(1,67%)	3,62%	(3,54%)	-
Varição no superávit/(déficit)	1,78%	(1,67%)	3,62%	(3,54%)	-

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio Saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.744)
Custo de juros líquidos	(65.026)	(3.667)	(5.371)	(33.817)
Total da despesa a reconhecer	(65.026)	(3.671)	(5.371)	(39.561)
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.051	30	7.155	10.909
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.051	30	7.155	10.909

a.7) Categorias dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes incluídos no valor justo dos ativos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

	Plano BD		Plano Misto	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Valor justo dos ativos no início do período	-	-	10.147	11.536
Receita de juros	-	-	975	1.016
Contribuições do patrocinador	1.973	2.063	29	30
Contribuições dos participantes	-	-	29	31
Benefícios pagos pelo plano	(64.585)	(61.147)	(12.558)	(7.215)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano	62.612	59.084	8.133	4.749
Valor justo dos ativos no final do período	-	-	6.755	10.147

a.9) Descrição da política de investimentos

Não se aplica para os planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 31.12.2023
Plano BD	749.839	55.734	(46.588)	(61.545)	697.440
Plano Misto	32.449	3.091	3.344	-	38.884
Total BD e Misto	782.288	58.825	(43.244)	(61.545)	736.324

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 31.12.2022
Plano BD	744.910	165.787	(94.811)	(66.047)	749.839
Plano Misto	33.575	2.928	(4.054)	-	32.449
Total BD e Misto	778.485	168.715	(98.865)	(66.047)	782.288

b) Planos saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, conforme cláusula contratual, é realizada revisão dos contratos de compromisso financeiros firmados junto à BB Previdência, de acordo com as premissas atuariais para preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos Planos Saldados (Plano de Benefício Saldado e Plano Misto Saldado), e caso necessário poderá exigir ajuste por parte do Banco. No exercício de 2023, quando da revisão atuarial não houve necessidade de ajustes no valor registrado do contrato.

	Valor da Obrigação em 31.12.2022	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 31.12.2023
Planos Saldados	511.699	36.585	-	(140.597)	407.687

	Valor da Obrigação em 31.12.2021	Atualizações resultado	Atualizações PL	(-) Valores Pagos	Saldo em 31.12.2022
Planos Saldados	585.859	55.353	-	(129.513)	511.699

c) Plano PrevAmazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

Planos	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Liquidados - BD e Misto	(1.411)	(2.694)	(2.952)
Prev-amazônia	(7.593)	(14.109)	(13.155)
Total (nota nº 23.b)	(9.004)	(16.803)	(16.107)

Valores reconhecidos como obrigações

	31.12.2023	31.12.2022
Saldados	407.687	511.699
Liquidados	736.324	782.288
Assistidos	57.605	60.291
Auxílio Saúde	352.802	319.671

Ações coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA), com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Após longa tramitação processual, inúmeras tentativas de acordo, anúncios seguidos de retirada de pauta de julgamento, o processo veio a ser julgado, tendo a composição Plena do TRT da 16ª Região, em dezembro, por maioria de 5 votos a 1, julgado parcialmente procedente a ação movida pela União e BASA, para rescindir a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara. Interpostos embargos de declaração pelo SINDICATO, no entanto, até a superveniência do recesso forense, o recurso não foi julgado. Por ora, não há qualquer repercussão na provisão já estimada.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários

assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalçado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT8, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Interposto novo recurso de embargos de declaração.

A distribuição da provisão do Plano BD está apresentada da seguinte forma:

Provisão plano BD liquidado

	31.12.2023	31.12.2022
Participantes abrangidos pela ação rescisória	647.345	633.639
50% das reservas matemáticas dos participantes ainda na ativa	50.095	46.983
Adicional de provisão de reservas matemáticas	-	69.217
Total (notas nº 14 e nº 25)	697.440	749.839

A composição da provisão referente à ação rescisória é a seguinte:

Composição provisão ação rescisória

	31.12.2023	31.12.2022
100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis ⁽¹⁾	567.506	563.278
50% dos que ainda não elegíveis ⁽²⁾	79.839	70.361
Total	647.345	633.639

⁽¹⁾ Aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar.

⁽²⁾ Aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei Complementar nº 109/2001.

A provisão dos planos liquidados BD/Misto está constituída da seguinte forma:

Provisão planos liquidados BD e Misto

	31.12.2023	31.12.2022
BD liquidado	697.440	749.839
Misto liquidado	38.884	32.449
Total (notas nº 14 e nº 25.a.3)	736.324	782.288

Desembolso em cumprimento à ação transitada em julgado

	31.12.2023	31.12.2022
	61.545	66.047

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 31 de dezembro de 2023, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela Capaf (BD e Misto).

26. Gerenciamento de riscos e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, Chief Risk Officer – CRO, dispondo de:

- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico, e ao apetite a risco definido. Que tem como escopo as diretrizes para gestão dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta:

Risco de crédito; Risco de mercado; IRRBB; Risco operacional; Risco de liquidez; Risco cibernético; Risco de integridade; Risco legal; RSAC.

- Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*);
- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da gestão de riscos e de capital;
- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade;
- A governança no gerenciamento de riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:

A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.

Como parte da segunda linha, a área responsável pelo gerenciamento de riscos (GERIS), fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo: Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; gerenciamento de capital.

A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2023, o portfólio de TVM registrou volume de recursos marcados a mercado no total de R\$ 17.607.386 mil, ante R\$ 12.608.030 mil em 31/12/2022, representando crescimento de 40%. Na composição do portfólio, a grande maioria dos ativos, estão alocados em títulos públicos e operações compromissadas, correspondendo a 85,84% da carteira de tesouraria, em um montante de R\$ 15.113.938 mil, ante R\$ 9.816.953 mil, representando 77,86% da mesma carteira em 31/12/2022. Ademais, vale destacar que o volume de estoque em Tesouro Selic, Instrumento Financeiro de altíssima liquidez no mercado secundário, corresponde 75,26% do total do portfólio TVM, ante 62,25% em 31/12/2022.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento do risco de liquidez, do monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, do controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e de simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, entre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, gestão de garantias etc.

Desse modo, incorporando melhorias ao seu processo de gestão e as melhores práticas do mercado bancário, a instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange

análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e backtesting dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basileia II, Resolução CMN nº 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital e da Resolução CMN nº 4.677/2018 que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao risco de mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de risco de mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Resolução BCB nº 111/2021.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo *de value at risk* (VaR), calculado para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 31 de dezembro de 2023, o VaR calculado para a carteira Banco¹ e para a carteira Tesouraria² foi de R\$ 5.545 mil e R\$ 2.935 mil respectivamente, ante R\$ 8.636 mil e R\$ 4.419 mil em 31/12/2022, estando dentro dos limites de referência de 11,50% e 8,43% respectivamente, ante 19,55% e 13,85% em 31/12/2022. Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em *status* Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritos a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5,2177 em 31/12/2022) e a taxa DI de 1 ano no nível de 11,65% a.a. (13,65% a.a. em 31/12/2022).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$ 6,0516 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6,5221 em 31/12/2022), e a taxa DI de 1 ano no nível de 14,5625% a.a. (17,06% a.a. em 31/12/2022), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 7,2620 em 31 de dezembro 2023 (R\$ 7,8266 em 31/12/2022) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 17,475% a.a. (20,48% a.a. em 31/12/2022), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos títulos e valores mobiliários da Carteira Tesouraria, conforme Resolução Bacen nº 02/2020:

Fatores de Risco	Definição	31.12.2023			31.12.2022		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(336)	(4.936)	(8.674)	1.196	(38.616)	(66.168)
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	(7.686)	(266.631)	(346.417)	11.443	(219.822)	(285.283)
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	(79)	15.802	30.193	(11)	(1.171)	(723)
	Total	(8.101)	(255.765)	(324.898)	12.628	(259.609)	(352.174)

¹Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.

²Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os cenários I, II e III, demonstram os instrumentos financeiros alocados por fatores de riscos que apresentam maior risco (papéis indexados aos índices de preços, IGPM e IPCA). No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$ 324.898 mil correspondentes ao cenário III.

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, no quadro acima, com o montante de R\$ 16.099.767 mil, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cujos percentuais giram em torno de 3,66% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco, sendo o maior fator de risco, as posições em cupons de índice de preços.

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

- **Operações de Crédito:** a carteira de crédito global do Banco da Amazônia, própria e administrada, é majoritariamente remunerada por métricas que não estão expostas diretamente às variações da taxa DI, e, por este motivo, para fins de análise de sensibilidade, foi utilizado um cenário de grande impacto e baixa probabilidade de ocorrência, sobre a ótica da inadimplência, onde todas as operações de crédito as quais o Banco está exposto teriam sua classificação (*ratings*) de risco rebaixada em um nível (*downgrade*). Os critérios de classificação dos níveis de risco das operações seguem o disposto na Resolução Bacen nº 2.682/1999.

O quadro com as simulações de impacto pode ser observado abaixo:

Carteira Banco + FNO Risco Compartilhado							
Provisão Atual				Provisão com <i>downgrade</i> de 1 nível no <i>rating</i> das operações da carteira			
Nível de Risco	Valores das Operações	Exposição	Provisão	Nível de Risco	Valores das Operações	Exposição	Provisão
AA	11.584.755	8.506.396	-	AA	-	-	-
A	20.101.561	15.735.718	(78.678)	A	11.584.755	8.506.396	(42.532)
B	7.522.224	6.259.772	(62.598)	B	20.101.561	15.735.718	(157.357)
C	5.430.083	4.220.830	(126.626)	C	7.522.224	6.259.772	(187.793)
D	1.325.340	786.752	(78.675)	D	5.430.083	4.220.830	(422.083)
E	415.341	315.586	(94.676)	E	1.325.340	786.752	(236.026)
F	252.514	181.014	(90.507)	F	415.341	315.586	(157.793)
G	369.599	230.344	(161.240)	G	252.514	181.014	(126.710)
H	2.940.474	1.646.519	(1.646.520)	H	3.310.073	1.876.863	(1.876.863)
Total	49.941.891	37.882.931	(2.335.518)	Total	49.941.891	37.882.931	(3.207.157)

O resultado da simulação, portanto, seria a elevação em 37,1% dos valores destinados à provisão.

- **Provisões para Demandas Judiciais:** foram realizadas estimativas com três cenários projetados, considerando os valores em 31/12/2023 e descritas a seguir:

Cenário Provável: utilizou-se a Taxa Selic (projetada de 8,50% para 2024, segundo Relatório Focus-Bacen) e o INPC-IBGE (estimado de 3,80% pelo IPEA).

Cenário Possível: elevou o estresse da taxa Selic e o INPEC-IBGE em 25%.

Cenário Remoto: projetou um estresse para a taxa Selic e o INPEC-IBGE em 50%.

O quadro a seguir demonstra os efeitos esperados, considerando estas estimativas e cenários:

Análise de Sensibilidade			Cenários					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
Provisões para Demandas Judiciais	31.12.2023	Índice	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Trabalhistas (Indenizações)	76.889	Selic	8,50	83.425	10,63	85.059	12,75	86.693
Cíveis	48.463	INPC	3,80	50.304	4,75	50.765	5,7	51.225
Fiscais	1.974	Selic	8,50	2.142	10,63	2.184	12,75	2.226
Trabalhistas (Capaf)	4.521	INPC	3,80	4.692	4,75	4.735	5,7	4.778
Total	131.847			140.563		142.743		144.922

d) IRRBB

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen nº 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou originação, como: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais); crédito (fomento e comercial); e ativos na carteira da tesouraria classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. A organização possui perfil de exposição a risco de mercado conservador, no qual as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

O Banco Central do Brasil, através da Circular Bacen nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira (Δ NII) e de Valor Econômico (Δ EVE).

Desde a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557/2017, em fevereiro de 2018, o Banco utiliza a abordagem de Valor Econômico e do Resultado de Intermediação Financeira na mensuração do risco da taxa de juros na carteira bancária. A exigência regulatória para envio no Documento 2061 das informações do IRRBB iniciou em janeiro de 2020, em consonância com a Circular Bacen nº 3.938/2019. A partir de junho de 2022, o Banco da Amazônia adota a metodologia padronizada, que leva em consideração a ponderação de 20% Δ EVE e 80% Δ NII, contemplando, cenários de curto/médio para o NII e de longo prazo para o EVE.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o Δ EVE e 80% sobre o Δ NII, com base em dados de dezembro de 2023, representou o montante de R\$ 143.062 mil. O valor calculado está em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, com status Normal, em posições inferiores aos limites estabelecidos.

e) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310), que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, perdas processos e sistemas da instituição, em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e a NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e a Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e as regras para a gestão de continuidade de negócios na instituição, com o objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados em caso de incidentes que possam gerar descontinuidade aos negócios.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto às mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e de soluções eficazes.

O Banco fixou novos mecanismos de segurança e comunicação, risco operacional e controle, o que possibilitou que os empregados pudessem trabalhar em formatos híbridos, home-office e presencial, o que aumentou a possibilidade de participações em treinamentos com custos menores e maior participação dos empregados, e assim melhorando o nível de conhecimento de seu staff em diversos temas relevantes a riscos e controles.

f) Gestão de capital

O Banco possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, a consistência e a transparência de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento de capital atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão.

A Instituição dispõe de plano de capital com prospecção de capital para três anos, abrangendo teste de estresse e plano de contingência de capital para subsidiar a gestão e a manutenção do capital nos níveis desejáveis e de acordo com o apetite definido na RAS.

g) Índice de Basileia (limite operacional)

O Banco mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução. O Banco encerrou o exercício de 2023 com PR de R\$ 5.782 milhões, 26% superior ao exercício anterior (R\$ 4.584 milhões em 31/12/2022).

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 19% em relação ao exercício anterior, saindo de R\$ 37.294 milhões em 31/12/2022 para R\$ 44.365 milhões em 31/12/2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco apresentou um Índice de Basileia (IB) de 13,03%, acima do requerimento regulatório, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

Requerimentos mínimos de capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência (PR)	5.781.613	4.584.692
PR Nível I	5.781.613	4.584.692
Capital Principal	5.781.613	4.584.692
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	44.364.885	37.293.603
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	38.224.829	32.475.118
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	2.306	38.335
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	6.137.750	4.780.150
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	1.996.420	1.678.212
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	2.661.893	2.237.616
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	3.549.191	2.983.488
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	3.785.193	2.906.480
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	3.119.720	2.347.076
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	13,0%	12,3%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,0%	12,3%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,0%	12,3%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

27. Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.12.2023	31.12.2022
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	12.186.952	13.137.673
Cobrigação em cessão de créditos – alongam. crédito rural	4.663	9.212
Total	12.191.615	13.146.885

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$ 153.753 (R\$ 151.046 em 31/12/2022), com prêmio de R\$ 195 (R\$ 128 em 31/12/2022), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado recorrente e não recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos abaixo os eventos que geraram, em 2023, os resultados recorrentes e não recorrentes:

O resultado contábil deste exercício foi de R\$ 1.345.151, com resultado recorrente de R\$ 1.629.227 e eventos não recorrentes que totalizaram R\$ 284.076 (já considerando o impacto tributário).

Os eventos não recorrentes de 2023 foram:

- i. Venda de ações B3SA3;
- ii. Registro cotas de fundo de investimento Finam/Finor;
- iii. Reversão de provisão trabalhista;
- iv. Estorno de receita da taxa de administração FNO;
- v. Devolução taxa de administração FNO;
- vi. Atualização da devolução taxa de administração FNO;
- vii. Complemento remuneração do disponível FNO; e
- viii. Pagamento STN PRONAF OGU

O resultado contábil do exercício de 2022 foi de R\$ 1.122.314, como o resultado recorrente de R\$ 1.276.778 e eventos não recorrentes que totalizaram R\$ 154.464 (já considerando o impacto tributário).

Os eventos não recorrentes de 2022 foram:

- i. Efeito da majoração da CSLL no resultado;
- ii. Reversão provisão da Capaf BD;
- iii. Alienação de posse de imóvel;
- iv. Estorno de despesa com a atualização do IECP;
- v. Recuperação de despesa com a atualização do IECP;
- vi. Constituição complemento da provisão Capaf BD;
- vii. Provisões trabalhistas: reforço de provisão, destinada a suportar eventuais acordos;
- viii. Atualização monetária do resíduo do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC;
- ix. Desligamento Emenda Constitucional nº103/2019; e
- x. Efeito da majoração da CSLL no resultado.

	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido contábil	779.226	1.345.151	1.122.314
(-) Eventos não recorrentes	7.231	284.076	154.464
(+) Efeito da majoração da CSLL no resultado	-	-	3.818
(+) Reversão provisão Capaf BD	-	-	5.480
(+) Alienação de posse de imóvel (*)	-	-	9.444
(+) Estorno de despesa com a atualização do IECP	-	-	23.914
(+) Recuperação de despesa com a atualização do IECP (*)	-	-	26.475
(+) Venda de ações B3SA3 (*)	-	3.092	-
(+) Registro cotas de fundo de investimento Finam/Finor (*)	-	436	-
(+) Reversão de Provisão Trabalhista	66.000	66.000	-
(-) Const. complemento de provisão Capaf BD (c/ impacto tributário)	-	-	(64.338)
(-) Provisões trabalhistas (com impacto tributário)	-	-	(92.907)
(-) Atualização monetária do resíduo do AFAC	-	-	(49.263)
(-) Desligamentos Emenda Constitucional nº 103/2019	-	-	(11.128)
(-) Efeito da majoração da CSLL no resultado	-	-	(5.959)
(-) Estorno de receita da taxa de administração FNO	-	(34.890)	-
(-) Devolução taxa de administração FNO	-	(213.342)	-
(-) Atualização da devolução taxa de administração FNO	-	(31.484)	-
(-) Pagamento STN PRONAF OGU	(73.231)	(73.231)	-
(-) Complemento remuneração do disponível FNO	-	(657)	-
(=) Resultado recorrente	786.457	1.629.227	1.276.778

(*) Líquido de tributos

d) Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021

A evolução/destaques do Plano de Ação que vem sendo desenvolvido pelas equipes de trabalho do Banco e consultoria BIP, até dezembro/2023, foram os seguintes:

- **Classificação de Ativos Financeiros:** Realizada a identificação dos GAPs das metodologias utilizadas junto à Consultoria BIP Brasil e as áreas do Banco envolvidas sobre o tema. Definidas ainda, a governança dos modelos de negócios e do Teste de SPPJ, bem como, a elaboração de manual de Teste de SPPJ e do documento de modelos de negócios;
- **Taxa efetiva de juros:** Em relação à elaboração da composição analítica dos custos e receitas de originação, foi realizado o detalhamento de cada custo e receita levantado, momento da originação e quais os sistemas em que os custos e receitas são controlados. Foi definida a adoção de uma metodologia diferenciada linear e cálculo a ser realizado nos sistemas legados;

- **Stop Accrual:** Realizado o mapeamento do processo atual do Stop Accrual e o entendimento da regra e processo atual para identificação de ativos problemáticos e definição de possível regra para identificação desses ativos em aderência à Res. CMN nº 4.966/2021. Concluído, também, o levantamento de dados para a realização de estudos que suportem os critérios da nova regra de ativos problemáticos;
- **Renegociação e reestruturação:** Elaborado o entendimento da regra e processo atual para identificação de reestruturações e definição de possível regra para identificação de reestruturações, aderente à Res. CMN nº 4.966/2021 e concluído o levantamento de dados para a realização de estudos que suportem os critérios da nova regra de reestruturação;
- **Perdas Esperadas:** Foi repassada à Consultoria a base de reestruturação/renegociação, inicialmente sem as informações de desconto e entrada dos contratos e, além disso, não contemplando ainda, o cruzamento com a base de contratos no período. Foi repassada à BIP Consultoria para fins de estudo, as informações de exposição off - balance e a base de ativos problemáticos;
- **Disposições gerais e transitórias:** Realizado estudo de impactos para discussão junto à Squad de Contabilidade e responsáveis de TI e entrega do “De-Para”, considerando a comparação entre o Plano de contas atual do Banco e a proposição do novo Cosif e Identificação dos roteiros contábeis impactados;
- **Squads de Trabalho:** As Squads de Trabalho do Crédito, Tesouraria, Câmbio, Design Técnico, Contábil e Modelagem de Riscos, continuam evoluindo, onde temos as três primeiras bem avançadas em relação ao arcabouço de políticas e modelos de minutas do Modelo de Negócios elaborados, mas com a necessidade de ajustes considerando os processos internos da empresa, principalmente no âmbito da área contábil em relação aos desdobramentos de práticas e registros contábeis. As demais Squads, passarão a ter mais atenção das equipes envolvidas, no próximo exercício, considerando as necessidades de Ajustes nos sistemas legados e construção de motores de cálculo (TI), roteirização contábil e ajustes nas rotinas e no sistema de contabilidade do banco (Contabilidade) e evolução dos Modelos de EAD, LGD e PD (Risco).

O desenvolvimento dos modelos de PD, LGD e EAD encontram-se em andamento, havendo a necessidade de solução para cruzamento de bases de dados junto à equipe interna de TI do projeto para dar sequência às atividades seguintes de elaboração dos modelos de riscos requeridos.

e) Processo de Investigação

Como já informado anteriormente, o BASA conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das demonstrações financeiras e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União (“CGU”), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O BASA compartilhou com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.

O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

Marcelo dos Santos Souza
Contador
CRC – PA Reg. 012778/O-3

www.pwc.com.br

Banco da Amazônia S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco da Amazônia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

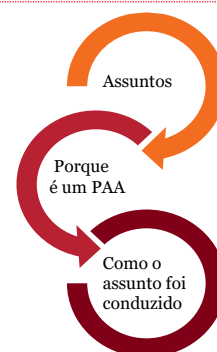
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco da Amazônia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(f), 7(e) e 14)

A estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração e são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682. A mensuração da provisão para perdas esperadas está relacionada com (i) risco de crédito das operações de crédito e outros créditos e (ii) ao risco de crédito compartilhado pelo Banco com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujos valores apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 são de R\$ 749.908 mil e de R\$ 1.585.610 mil, respectivamente.

Adicionalmente, a estimativa realizada pela administração está fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas).

Dessa forma, determinamos esse assunto como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a realização do entendimento e testes de controle e substantivos sobre os processos relevantes de apuração e reconhecimento das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, entre outros, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, modelos e premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Recuperabilidade dos créditos tributários (Nota 16(b), (d) e (e))

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil.



Banco da Amazônia S.A.

Porque é um PAA

provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver certo grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na Nota 16(d).

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são consistentes com dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Benefícios a empregados (Notas 3(k), 14 e 25)

Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelo Banco totalizam R\$ 1.146.731 mil e R\$ 407.687 mil.

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar e auxílio saúde, administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (CAPAF) e pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

Os benefícios a empregados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". As obrigações desses planos são calculadas com referência às premissas atuariais, incluindo, entre outras, tábua de mortalidade e taxa de desconto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós-emprego são consistentes com dados e informações obtidas em nossa auditoria.



Banco da Amazônia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Devido à incerteza associada às premissas destacadas acima envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de previdência complementar e de auxílio saúde, bem como na definição dos valores prováveis de desembolso, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de março de 2023, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco da Amazônia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Banco da Amazônia S.A.

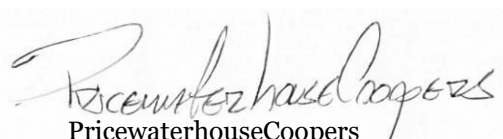
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Brasília, 12 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

COAUD

Resumo do relatório de atividades – Exercício findo em 31/12/2023

1. Introdução

- 1.1 As atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia são com aquelas definidas pela lei nº 13.303, de 30/06/2016, inclusive com o respectivo decreto regulamentar nº 8.945, de 27/12/2016, pela Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, no artigo 31-D da Resolução CVM nº 23, de 26/02/2021 e no parágrafo 2º do artigo 5º de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia S.A. apresenta o resumo de seu Relatório Semestral referente ao período de 01/07/2023 a 31/12/2023.
- 1.2 As atividades do Comitê foram conduzidas com base no plano de trabalho anual aprovado pelo Conselho de Administração no início do período.
- 1.3 O COAUD avalia e monitora as exposições a risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.
- 1.4 A Auditoria Interna (AUDIT) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Banco está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.
- 1.5 A PWC Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco e dos seus fundos. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.
- 1.6 Entre outras funções, cabe ao COAUD avaliar a integridade das demonstrações financeiras da Instituição, monitorando a qualidade e a efetividade dos mecanismos de controles internos dos processos que as compõem; aferir com razoável segurança a efetividade dos trabalhos das auditorias interna e independente; avaliar e monitorar a exposição a riscos, bem como os mecanismos, a existência e a suficiência dos controles desses riscos.

2. Atividades desenvolvidas

- 2.1 O COAUD, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, cumpriu suas atribuições legais e regulamentares e possui em sua composição um membro independente representante do Conselho de Administração.
- 2.2 Mantém, no endereço eletrônico <https://www.bancoamazonia.com.br/atendimento/formulario-comite-de-auditoria>, canal para recebimento de informações acerca eventuais descumprimentos de normativos e códigos internos, bem como de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Instituição. No período recebeu 02 mensagens por meio do Canal do COAUD, todas consideradas não pertinentes e que foram adequadamente endereçadas a outros entes corporativos.
- 2.3 Como forma de contribuir para a melhoria dos padrões de governança corporativa, promoveu reuniões formais com representantes da alta administração e com executivos das áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade e controladoria, segurança corporativa, jurídica, governança, crédito, finanças, tecnologia da informação, ouvidoria, corregedoria além de sua participação em reuniões do Conselho de Administração (CONSAD), do Conselho Fiscal e de assembleias de acionistas.
- 2.4 Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, gestão atuarial, exposições de risco, fraudes e irregularidades, compliance, contabilidade e finanças.
- 2.5 O COAUD apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas de sua atuação ao CONSAD. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo COAUD.
- 2.6 Na interação com as auditorias interna e independente, avaliou os seus planos de trabalho, tomou conhecimento de resultados das revisões do sistema de controles internos e apreciou as respectivas conclusões e recomendações.
- 2.7 Avaliou e enfatizou a necessidade de implementação das recomendações de auditoria emitidas por elas e por órgãos externos de fiscalização e controle, que vêm sendo cumpridas ou programadas pela Administração.

2.8 Identificou oportunidades de melhorias e recomendou à Administração aprimoramentos de controles.

3. Conclusões finais

3.1 Dessa forma e com base nos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período, registramos as conclusões finais do Comitê:

3.1.1 É relevante reportar que persiste o regime de intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF). Remanesce a pendência relativa ao auxílio pós-emprego, com impacto no resultado operacional do Banco, tópico incluído na seção “Assuntos Importantes de Auditoria”. Essa mesma seção apresentou comentários dos auditores independentes quanto aos procedimentos de auditoria e adequação da provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, bem como à provisão para perdas esperadas associadas aos riscos de crédito da Instituição e riscos de crédito compartilhados com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

3.1.2 O Banco permanece enquadrado em relação ao capital regulamentar. Manteve-se conservador em relação aos riscos de liquidez e de mercado. Além disso, vem aprimorando a gestão integrada dos riscos operacionais e de crédito.

3.1.3 Ademais, o COAUD não recebeu informações que comprometessem a probidade em relação à gestão dos recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), tampouco sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade ou sobre a atuação da Ouvidoria.

3.1.4 Na conclusão de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento e, respeitadas as suas atribuições e prerrogativas, o COAUD reitera a constatação de que o sistema de controles internos se mostrou adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco. Todavia ainda apresenta oportunidades de melhoria, em especial na fase de acompanhamento das operações de crédito concedidos e na gestão dos controles gerais de tecnologia da informação. A Auditoria Interna foi efetiva e desempenhou suas funções com independência técnica, objetividade e qualidade. A Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente

atenção por parte do Conselho de Administração e deste Comitê.

- 3.1.5 Além disso, as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as boas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e refletem em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.
- 3.1.6 Por essa razão, o COAUD recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Belém (PA), 12 março de 2024.

Antonio Carlos V. Sequeira

Membro

Luciana Bacci Costa

Coordenadora do Comitê

Corinto Lucca Arruda

Membro

CONSELHO FISCAL
PARECER CF Nº 2024/001

Ref.: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A –
EXERCÍCIO DE 2023

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2023, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

As análises das demonstrações supracitadas foram complementadas, ainda, por exame de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do semestre, pela Administração do Banco.

Os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras.

Com base nas análises efetuadas e no Relatório da Auditoria Independente PWC Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 12/03/2024, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2023 estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Belém (PA), 12 de março de 2024.

GUSTAVO SAMPAIO DE ARROCHELA LOBO
Conselheiro

FÁBIO HENRIQUE BITTES TERRA
Conselheiro

NINA MARIA ARCELA
Conselheira

LETÍCIA PEDERCINI ISSA
Conselheira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, de acordo com o disposto no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria Executiva, todos referentes ao exercício de 2023.

Belém (PA), 12 de março de 2024.

MARIA ABADIA DA SILVA ALVES

Presidente

LUIZ CLÁUDIO MOREIRA LESSA

Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS VILLELA SEQUEIRA

Conselheiro

RODRIGO OCTÁVIO ORAIR

Conselheiro

ANA PATRÍZIA GONÇALVES LIRA RIBEIRO

Conselheira

LAURO ARCÂNGELO ZANOL

Conselheiro

INÁLIO VIEIRA CRUZ

Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 12 de março de 2024.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subseqüentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da PwC Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 12 de março de 2024.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Melo
Diretor

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Ana Paula Bulhões Moitinho Leal
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Marivaldo Gonçalves de Mello
Diretor

COMITÊ DE AUDITORIA

Luciana Bacci Costa
Coordenadora

Corinto Lucca Arruda
Membro

Antônio Carlos Villela Sequeira
Membro

CONSELHO FISCAL

Gustavo Sampaio de Arrochela lobo
Presidente

Fábio Henrique Bittes Terra
Conselheiro

Nina Maria Arcela
Conselheira

Letícia Pedercini Issa
Conselheira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Abadia da Silva Alves
Presidente

Luiz Claudio Moreira Lessa
Conselheiro

Antônio Carlos Villela Sequeira
Conselheiro

Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro
Conselheira

Rodrigo Octavio Orair
Conselheiro

Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro

Inálio Vieira Cruz
Conselheiro

CONTADOR

Marcelo dos Santos Souza
CRC-PA 012778/0-3